



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- MESTRADO PROFISSIONAL

AUSELITA DOS SANTOS COELHO BRITO

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESCOLA HELENA CELESTINO MAGALHÃES EM
JUAZEIRO-BA (1972-1985)

RECIFE-PE

2023

AUSELITA DOS SANTOS COELHO BRITO

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESCOLA HELENA CELESTINO MAGALHÃES EM
JUAZEIRO-BA (1972-1985)**

Relatório de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial de desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim.

B862h Brito, Ayselita dos Santos Coelho
Histórias e memórias da Escola Helena Celestino
Magalhães em Juazeiro-BA (1972-1985) / Ayselita
Dos Santos Coelho Brito, 2023.
58 f. : il.

Orientador: Helder Remígio de Amorim
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2023.

1. Juazeiro (Bahia, Brasil) - História. 2. Memória Coletiva.
3. Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães – História.
4. Educação e Estado. 5. Brasil – História – 1964-1985.
I. Título.

CDU 981.42

Luciana Vidal - CRB4/1338

Auselita dos Santos Coelho Brito

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESCOLA HELENA CELESTINO MAGALHÃES EM
JUAZEIRO-BA (1972 a 1985)**

Trabalho de conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História
– Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História

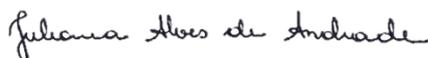
Aprovada em 28/ 03 / 2023

BANCA EXAMINADORA



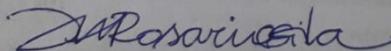
Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (Orientador e Presidente da Banca)

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP



Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade (Membro Externo)

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE



Profa.. Dra. Maria do Rosário da Silva (Avaliador interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

RECIFE-PE

2023

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. (Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido saúde e coragem frente aos desafios para avançar mais um degrau na vida.

Agradeço ao meu pai, Vital José Coelho, *in memoriam*, grande incentivador dos estudos, pois sempre primou pela educação dos filhos, deixando um legado na minha caminhada e tornando-se meu maior exemplo de vida.

A minha mãe, Maria dos Santos, mulher guerreira, que ensinou o bom caminho a ser trilhado, mesmo diante das dificuldades e limitações, é sinônimo de resistência: por isso minha enorme gratidão.

A meu esposo, Gilvan Brito, pelo suporte, companheirismo e paciência durante a realização deste trabalho.

As minhas filhas Sara e Safira pela compreensão, pela escuta das leituras e acreditar sempre na realização desse sonho, dizendo: “calma mainha, a senhora vai conseguir”.

A minha irmã, Angelita, que infelizmente partiu muito cedo, deixando a semente plantada na educação, foi responsável por me incentivar desde cedo a importância dos estudos. Sou grata aos irmãos Albertina, Maria de Lourdes e Paulo Vital que direta ou indiretamente ajudaram no decorrer desse processo.

Ao Orientador Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim pela dedicação e pela competência em transformar os momentos de orientação em oportunidades de novos saberes. Seus ensinamentos foram indispensáveis para a construção dessa pesquisa. Com suas palavras de apoio, me senti acolhida e incentivada a continuar estudando e produzindo conhecimento.

Aos meus colegas da turma de mestrado, que, por meio do diálogo e compartilhamento de saberes, apesar da distância física, desenvolvemos grande senso de coletividade.

Aos professores do curso de Mestrado em História, por compartilharem conhecimentos, pelo estímulo aos diálogos e debates: ao tempo que enriqueciam nossos encontros, contribuía para o sentimento de acolhimento.

Agradeço aos membros da banca examinadora: as professoras Dra. Juliana Alves de Andrade e Dra. Maria do Rosário da Silva pela disponibilidade em participar tanto na qualificação quanto na defesa deste trabalho, pelas contribuições e olhares atenciosos para o aperfeiçoamento desse estudo.

Agradeço à colega e Professora Maria Helena pelo incentivo e auxílio sempre que precisei, nas leituras dos textos e na troca de experiências.

À minha afilhada Lucinalva, com quem compartilho o resultado deste trabalho, por suas contribuições e palavras de apoio no caminho dessa jornada.

Aos autores dos relatos orais de memória, as ex-professoras Eremi Maria de Souza Santos, Eunice Cerqueira Farias, Hildene Sento Sé; as ex-alunas Edilene Ribeiro Torres, Maria Telma D. Oliveira, Iranildes Lopes Conceição e Luzenaide Gonçalves da Cunha, a ex-funcionária Zinete Gonçalves da Cunha; a mãe de uma aluna Ruth Paiva Lima e o morador líder comunitário do bairro Castelo Branco Carlos Augusto Lopes Cursino que aceitaram de

livre e espontânea vontade ser entrevistados, contribuindo bastante com suas histórias e perspectivas. A estes, dedico meu especial agradecimento.

Aos componentes do Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães, o gestor Geraldo Roberto de Sousa, a Coordenadora Flávia Dias de Souza e ao funcionário da Secretaria Laércio Roque Costa, sou grata por abrirem as portas para essa pesquisa, colaborando para a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente relatório, inserido na linha de pesquisa “Relações de poder, políticas e instituições”, tem como tema Histórias e Memórias do Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães em Juazeiro-BA (1972 a 1985), consiste em fazer uma reflexão histórica das práticas educativas das professoras no contexto da Ditadura Civil Militar no Brasil. A metodologia dessa pesquisa se insere no âmbito qualitativo; assim, recorreu-se a autores centrais para a realização desse estudo, tais como Michael Pollak (1989), Paulo Freire (1987), Saviani (2014), Reis (2014). Acerca das práticas pedagógicas, estas foram abordadas por meio de entrevistas com ex-professoras, diretora, ex-alunas e através de leituras de fontes históricas. Da análise da pesquisa, percebeu-se que as ex-alunas têm perspectivas semelhantes sobre o ensino na época da ditadura civil-militar, o que demonstra que não entendiam o termo ditadura, mesmo vivenciando a prática tradicional do ensino. Nota-se que as ex-professoras e diretora, reconhecem o respeito e o comportamento que os alunos tinham em sala de aulas, como também referiram-se aos materiais didáticos da época, tais como o giz e a lousa. Nesse caminhar, observa-se que a temática está relacionada a vínculos afetivos entre professoras, alunas e familiares. Por fim, acredita-se na relevância dessa pesquisa como uma oportunidade do fortalecimento das instituições na cidade de Juazeiro na Bahia, uma vez que, o Colégio Estadual Helena Celestino existe há mais de 50 anos, tendo enfrentado uma série de obstáculos e desafios desde a sua fundação. Como resultado da pesquisa tem-se a elaboração do *E-book*, um recurso educativo como suporte para professores da Educação Básica. Nessa senda, ressalta-se a importância das histórias e memórias do presente trabalho como uma representatividade para a história do Brasil, buscando a preservação e valorização da memória do ser humano no contexto de sua realidade social.

Palavras-chave: História Escolar. Ditadura Civil-Militar. Juazeiro-BA. Memória.

ABSTRACT

This report, inserted in the line of research “Relations of power, political and institutions”, has as its main theme Stories and memories of the Helena Celestino Magalhães School in Juazeiro-BA (1972-1985) consists of making a historical reflection of educational practices of teachers in the context of the Civil-Military Dictatorship in Brazil. The methodology of this research is part of the qualitative scope, therefore, central authors were used to carry this study, such as Michael Pollak, (1989), Paulo Freire (1987), Saviani (2014), Reis (2014). Regarding the pedagogical practices, they were approached through interviews with former teachers, director, former students and Reading of historical sources. From the analysis of this search, it was noticed that the former students have similar perspectives regarding teaching at time of civil-military dictatorship, which demonstrates that they did not understand the dictatorship, even experiencing, the traditional practice of teaching. It is noted that the former teachers and director recognize the respectful behavior that students in classrooms, as well as teaching materials, chalk and blackboard. In this path, it is observed that the theme is related to affective bonds between teachers, student and family members. Finally, we believe in the relevance of this research as an opportunity to strengthen institutions in the city of Juazeiro in Bahia since Helena Celestino School has existed for over 50 years, having faced a series of obstacles and challenges since its foundation. As a result of this search, the E-book was elaborated, an educational resource to support Basic Education educators. In this path, the importance of the stories and memories of this work is highlighted as a representation of the history of Brazil, so as to preserve and value the memory of the beings in the context of their social reality.

Keywords: School History. Civil-Military Dictatorship. Juazeiro-BA. Memory

LISTA DE SIGLAS

AI 5- Ato Institucional nº 5

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CEE- Conselho Estadual de Educação

DIREC 15 - Diretoria Regional Educação do Estado da Bahia

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NTE- Núcleo Territorial Educacional

OSPB- Organização Social Política Brasileira

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PC do B- Partido Comunista do Brasil

PIB- Produto Interno Bruto

PME-Programa de Merenda Escolar

UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco.

URBIS- Habitação e Urbanização da Bahia S/A

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	29
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	49
3.1. Apresentação do produto.....	50
4. PRODUTO NA PRÁTICA ESCOLAR.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES.....	55

1. INTRODUÇÃO

Sendo resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), inserido na linha de pesquisa “Relações de poder, políticas e instituições”, o presente estudo teve por objeto compreender o processo histórico do ensino no contexto da Ditadura Civil Militar¹ no Brasil, analisando as práticas pedagógicas ao longo do tempo. Dessa forma, foi desenvolvida uma profunda investigação na instituição escolar Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães, localizada no município de Juazeiro-BA.

Nesse sentido, de antemão, cumpre destacar a importância da supracitada instituição para a cidade. Assim, sabe-se que o Colégio, localizado no bairro Castelo Branco, o qual após a sua construção foi inaugurado e entregue à população no ano de 1969, recorda uma época em que havia poucas escolas nos arredores, uma vez que o bairro acabava de ser construído, contando com 512 casas entregues à população. Diante desse cenário, destaca-se que as crianças que passaram a residir no bairro, vivenciavam muitas dificuldades precisando frequentar escolas distantes de suas residências. Por isso, surge a necessidade de uma escola primária que buscasse solucionar tal questão, a partir do atendimento a essa demanda.

Nessa ocasião, vale destacar que o terreno do bairro pertencia a Diocese de Juazeiro. Assim, através de entrevistas com moradores e a confirmação com as fontes orais, sabe-se que foi o Bispo vigente Dom Tomás, que na época autorizou o Estado para a construção do conjunto habitacional nomeado Humberto Alencar Castelo Branco. A partir disso, observa-se que os moradores em sua maioria eram oriundos de Juazeiro-BA e as casas haviam sido destinadas para aos servidores públicos dos setores da saúde, educação, segurança e administrativos, como também comunidade de uma forma geral. Por diversas circunstâncias, com o passar do tempo, essas particularidades dos habitantes do bairro sofreram mudanças. Isso porque, alguns funcionários públicos faleceram, outros venderam os imóveis e assim outros proprietários passaram a adquirir o imóvel. Nessa conjuntura, vale ressaltar que a construção do Colégio Helena, dentre seus inúmeros resultados, originou também benefícios para a cidade. É notório que durante ou após a sua passagem, muitos estudantes,

¹ Baseado na análise de Daniel Aarão Reis Filho (2014), há uma significativa ponderação com relação ao termo “ditadura civil militar”. Conforme o autor, mesmo depois do golpe, o regime só consegue se sustentar pois existe uma coadunação entre setores da sociedade civil e os militares. Nesse sentido, durante grande parte do período é difícil estabelecer os responsáveis por tal, e ainda mais complexo, trata-se de delimitar exatamente o enfoque de uma ampla luta contra a ordem vigente. O autor ressalta que esse é um aspecto oculto, mas que sempre existiu, pois desde da gênese da Ditadura existiu essa complexidade entre as relações da ditadura e da sociedade brasileira. (REIS FILHO, 2014, p. 13).

funcionários e professores contribuíram veemente para o desenvolvimento do seu próprio aprendizado, mas, sobretudo, em uma visão macro, para o avanço da sociedade juazeirense em diversos setores.

Nessa senda, a presente pesquisa estruturou a escolha desse tema por duas razões: primeiramente, é importante situar o leitor sobre a minha atuação profissional nessa escola por cerca de 15 anos. Assim, o trabalho como professora de História na instituição foi um processo de dedicação, diligência e empenho com a finalidade de trazer à tona um diferencial estabelecido para além dos muros da escola na Educação Básica. A relação de proximidade pessoal com o estudo determina-se exatamente nesse ponto, pois é por meio das atividades desenvolvidas na sala de aula durante um vasto período que se pode indicar uma forma de construir e registrar as histórias e memórias da escola.

Em segundo plano, vê-se que, sendo professora de História, há de se constatar que a principal temática que envolve a pesquisa - a Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil - é parte dos conteúdos programáticos do nono ano do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio. Assim, durante essa jornada de trabalho e após lecionar diversas vezes o assunto, trata-se de uma questão que nos leva a refletir sobre a possibilidade de atualmente podermos trabalhar essa temática livremente. Estudar esse tema é pertinente porque não percebo movimentação na escola, nem em materiais didáticos e nem na prática docente. Então, o interesse em pesquisar sobre a ditadura Civil-Militar com a história do bairro, da escola, relaciona-se ao fato de estar no espaço que é fruto da ditadura com sua complexidade.

É nítido que, apesar das dificuldades contínuas enfrentadas pela educação no Brasil, não há impedimentos para que se questionem as principais nuances do que ocorreu após o Golpe de 1964. Além disso, existe um espaço para aprofundar os acontecimentos que notadamente feriram os direitos humanos no Brasil. Isto posto, ao pensarmos nos inúmeros efeitos negativos que resultaram do processo ditatorial é inevitável que não se considere a solidificação do tema, registrando-o sobre uma ótica pluralista. Nesse mesmo sentido, vale pontuar que mais uma vez a escolha do tema se conecta com uma vivência pessoal, na medida em que se observa que também fui uma estudante, que, embora não tenha alcançado as consequências mais severas do ensino durante a Ditadura, ainda assim senti os reflexos na educação desse processo autoritário.

Assim, é possível depreender que talvez a motivação real para se dedicar a um estudo sobre a temática, seja de fato a busca por uma reparação, ainda que se tenha a consciência de que não se repara período histórico nenhum - sobretudo aquele, tão opressor. O que existe, no fim de tudo, é a noção de que a transição da ditadura para a democracia ainda é um processo

incompleto; deixando, evidentemente, muitas dúvidas e questionamentos. Nesse diapasão, a motivação da escolha da pesquisa surge, não para sanar as incertezas, mas sim para continuar trazendo à tona, analisando e questionando as práticas e comportamentos que ocorreram durante o período militar. Evidentemente, se trata de uma busca por uma reparação coletiva, social e difusa, que compreende o grau de lesividade que a sociedade sofreu, seja com relação às suas liberdades, à sua autodeterminação ou ao seu desenvolvimento; dessa forma surge a necessidade de usar a memória como um elemento estratégico.

Em um dos seus estudos acerca do tratamento da herança da ditadura no Brasil, a professora Rodeghero (2012, p. 99) aponta assertivamente que “por ser seletiva, a memória requer o esquecimento. Não se pode lembrar de tudo ao mesmo tempo”. Por isso, “é preciso que certas dimensões do vivido ganhem mais destaque do que outras, na rememoração”. Em resumo, existe uma seletividade que é constitutiva da memória; não obstante, junto ao esquecimento se atribuem problemas específicos.

Nessa lógica, diante das dificuldades que tanto um indivíduo como uma coletividade enfrentam para que se libertem do passado traumático, encontra-se a memória apaziguada, isto é, o resultado de trabalho que possibilitou encarar as experiências traumáticas, buscando não repeti-lo. Por outro lado, “O esquecimento que acompanha uma ‘memória impedida’ aparece em situações nas quais se colocam obstáculos para se ‘ter acesso aos tesouros enterrados da memória’, especialmente por motivos traumáticos” (RODEGHERO, 2012, p. 101). Nessa dimensão, ao tratar da relação construída entre o esquecimento e a memória, não se pode deixar de lado o fato de que

Em determinados períodos, certas coletividades são instigadas a lembrarem de seu passado apenas sob um determinado foco, deixando de lado outras dimensões, por serem muitas vezes mais dolorosas, de mais difícil trato ou por tocarem nas cumplicidades, omissões, cegueiras coletivas (RODEGHERO, 2012, p. 102).

Diante do cenário disposto, escrever sobre o que ocorreu na educação durante a Ditadura, é necessário e tem motivações extremamente justificadas. É evidente o que a sociedade escolheu lembrar e esquecer, mas não restam dúvidas que é necessário refletir o passado e pensar em uma ótica futura, destacando que em certos momentos, diversos instrumentos foram utilizados da maneira mais impositiva para realizar uma gestão do esquecimento. A lei de anistia é um exemplo explícito dessa estratégia. Ocorre que, como ficará claro adiante, “o ausente negado, silenciado, disfarçado, se faz presente como ferida

que impede os indivíduos e as coletividades de olharem para a frente” (RODEGHERO, 2012, p. 104).

E nessa conjuntura, apesar do esquecimento e das novas roupagens que dão ao passado se mostrarem um instrumento forte, eles não o são. Fato é que, cada vez mais, comprova-se que a memória e o esquecimento são campos de luta política. Não há como dizer quais memórias são mais verdadeiras que as outras; contudo, é o conjunto de fatos organizados que indica que as experiências e os sentidos do passado não foram esquecidos. A intenção da pesquisa se funde exatamente nesse ponto, colocando à disposição uma luta contra o esquecimento e empreendendo reconhecimento principalmente às versões dos que foram vencidos, cujas vivências por muito tempo não receberam a devida valorização e legitimidade.

Dito isso, o tema da pesquisa, “Histórias e Memórias da Escola Helena Celestino Magalhães em Juazeiro-BA (1972 a 1985)”, onde essa delimitação marca o ano da fundação do Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães, e o recorte temporal o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil, abarca uma série de questões que serão elucidadas ao longo de todo o texto. A começar pelo ponto da história e memória, pode-se inferir sua gritante importância que ultrapassa o recorte temporal, atingindo especialmente a sociedade atual. Sabe-se, que, é através da materialização da história que se possibilita o acesso significativo ao passado, e nesse contexto a memória se insere como uma força estruturante da coletividade. De acordo com Michael Pollak (1989, p. 7) a memória se caracteriza como “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, e a partir disso “se integra, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”.

O recorte temporal escolhido, 1972 a 1985, encontra-se dentro do contexto histórico e político da Ditadura Civil-Militar, acontecimento que, por diversas nuances vai interferir e determinar o modo em que a educação se deu. Por isso, sua análise pormenorizada é primordial, pois, uma vez que se compreenda a conjuntura social, econômica e cultural que se vivenciava, é muito mais simples entender porque certas práticas, comportamentos, metodologias e materiais eram utilizados, e como todo esse cenário se reflete nos dias atuais. Nesse âmbito, trabalhar a memória fazendo referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 7).

Seguindo adiante, é importante contextualizar o leitor sobre alguns aspectos introdutórios com relação ao Colégio Helena. O primeiro deles trata-se de reiterar que o

surgimento da instituição no bairro ocorreu quando o Bispo Dom Tomás autorizou para que o Estado construísse a Escola no conjunto habitacional Humberto Alencar Castelo Branco, uma vez que aquela área pertencia a Diocese de Juazeiro. Diante disso, é inevitável não questionar os outros fatores que contribuíram para essa realização. Assim, durante uma entrevista com o morador do bairro e líder comunitário, Carlos Augusto Lopes Cursino foi possível elucidar questões mais numéricas, por exemplo, como era a composição do bairro. Nessa ocasião, Carlos dá detalhes que o conjunto habitacional foi fundado e entregue à população no dia 29 de agosto de 1969, tendo 8 quadras, identificadas por uma letra, cada quadra tinha 64 residências, totalizando 512 unidades. Ele enfatiza que as casas não possuíam muros, mas sim cerca de madeira e em seus arredores a principal característica era um espaço extenso com muita areia e o próprio mato. Foi apenas em 1972 que se realizou o saneamento e o calçamento de toda a área aberta, por meio da Construtora Alencar que também foi responsável pela construção do bairro vizinho, nomeado Alto do Alencar.

Com o passar dos anos, o bairro continuou se desenvolvendo, mas foi essa pavimentação que abriu portas para que se pudesse ampliar os estabelecimentos, e assim aconteceu. O primeiro deles foi a implantação do Colégio Lomanto Júnior, o qual funcionava somente com o Ensino Médio. O segundo estabelecimento foi o Centro Social Santo Afonso, onde havia recreação, cinema para as crianças do bairro, entre outros. A partir daí, os próprios moradores começaram a se adaptar e sentirem necessidade de melhores condições dentro do próprio bairro. Um passo importante para que fosse possível reivindicar essas questões, foi a criação de uma comissão com alguns moradores. Assim, junto a pessoas públicas, especialmente o governador da época que chegou a visitar a cidade, esse grupo foi responsável por requerer uma escola que atendesse ao ensino primário. A grande importância dessa demanda estava no fato de que, próximo ao Castelo Branco existia apenas o Colégio Lomanto Júnior o qual supria apenas a educação do ensino médio. Por essa razão, as crianças precisavam se deslocar até um bairro mais distante, o Piranga, para o Educandário João Vinte e Três. Isso significa que, a Escola Helena surgiu a partir de uma necessidade explícita da comunidade local junto com os esforços governamentais que foram reunidos para que a instituição fosse construída e inaugurada em 1972.

Diante do exposto e após uma sequência de entrevistas, o que se pôde perceber é que a fundação da escola representa a manutenção de uma relação política positiva com a sociedade, mas que ao mesmo tempo, não caracteriza a dita barganha. Ocorre que, mesmo após a inauguração, a comunidade continuou empenhada em reivindicar melhorias para o bairro, e o resultado dessas lutas se observa ao longo dos anos. Paralelamente, não há o que se

falar de uma relação totalmente favorável ao governo. Muitas professoras chegam a relatar nas suas entrevistas- de forma indireta - que existia a ligação do vínculo empregatício em troca de apoio político. Isso fica claro quando muitas relatam o motivo que as levavam à saída da escola é justamente a finalização do mandato político.

Nessa situação, existe uma problemática - que inclusive poderia ser aprofundada em outro momento: muitas vezes a educação básica, sendo um direito dos cidadãos termina sendo prejudicada em razão de um benefício dado diretamente aos apadrinhados políticos. Cabe ponderar que trata-se de uma denúncia muito séria; por isso, importantíssimo salientar que não é objeto da pesquisa apontar os agentes de cada lado do caso. Sobretudo, porque o foco é apenas mencionar uma prática que ocorria (e infelizmente ainda perdura) em todo o país. Assim, é inegável que só por esse fato, somado ao contexto da ditadura, os funcionários da época, inevitavelmente encontravam-se em uma posição de silenciamento, mesmo que não cheguem a admitir a ausência de liberdade. Como questionar o que pode me fazer perder o emprego? Esse é um debate e uma reflexão que até hoje merece ser feita. Logo, convém pontuar que exercer uma função na escola naquela época, não foi, de forma alguma, uma tarefa sem adversidades. Ainda que elas não se mostrarem explícitas, permaneceram lá por muito tempo. O período sobre o qual se estuda nesta pesquisa é inteiramente marcado pela imposição da ordem e disciplina em todas as instâncias da sociedade, e isso na maior parte do tempo não foi instituído através da violência. Pelo contrário, os instrumentos para tal foram tão estratégicos que passaram imperceptíveis, até mesmo para quem observa as situações após vários anos.

Nesse cenário, é importante pontuar a questão da relação entre escola e cultura. Como é sabido, esse é um tema investigado e analisado por diversos estudiosos, remetendo, por consequência, a variadas compreensões. Assim, a partir do entendimento de Diana Vidal, assentimos que dentro do funcionamento interno da escola existe a constituição de relações interpessoais, “seja em função das relações de poder ali estabelecidas, seja em razão das diversas culturas em contato” (VIDAL, 2009; p. 26). Isso significa, que, as práticas escolares e o cotidiano da escola são um aparelho ideológico do Estado, que também são utilizados como objeto para manter certas condições da sociedade. Ao mesmo tempo em que, a ação da escola, reiteradas vezes, evidencia essa instituição “também como produtora de uma cultura específica e como espaço de convivência de culturas” (VIDAL, 2009, p. 26).

Assim exposto, pergunta-se como tal apontamento pode ser relacionado e direcionado para a pesquisa em questão. Resumidamente, é simples explicar. Tal qual diversas instituições, a Escola Helena, dentro do contexto da Ditadura Civil-Militar, pode ser

posicionada exatamente nas duas funções sociais expostas acima. Para validar essa perspectiva, recorreu-se a um estudo histórico com discussões teóricas que por diversas vezes apontou que tanto a escola foi utilizada como um instrumento estratégico capaz de captar o poder do governo militar nas extremidades das relações para além da esfera política. Ou seja, o ambiente escolar, assim, foi alvo para instituir a autoridade, a obediência e a disciplina, aspectos tão notórios daquele período, que, por muito tempo foram analisados apenas pelo viés da política, pois claramente são mais fáceis de serem observados, diferentemente do que ocorreu com a área educacional.

Nessa perspectiva, a outra função social que a escola se encarrega, trata-se de justamente ser um espaço voltado para a construção dos indivíduos que ali passaram e passam até hoje. Esse poder de influência, além da “percepção de tensões e conflitos no ambiente escolar e nas formas como a escola se exterioriza na sociedade vêm matizando a visão homogeneizadora da instituição escolar como reprodução social.” (VIDAL, 2009, p. 26). Essa nova sensibilidade foi percebida durante a pesquisa por meio dos relatos de muitos entrevistados que demonstram que não só o ensino era diferente da prática atual, como também uma série de comportamentos. Fato é que, apesar do cenário complexo deixado pela Ditadura, a escola, especialmente a Helena Celestino, marcou a vida de professoras que muitas vezes lembram saudosamente o tempo em que “os alunos se comportavam”, “em que havia disciplina”, onde “ninguém desobedecia o professor” e “existia respeito”.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que a escola foi um ambiente que produziu efeitos, nem sempre previsíveis, mas que deixaram marcas. O exemplo mais explícito disso é que existia a prática de castigos, ainda que não violentos, como “copiar textos imensos caso conversassem muito”, “ficar na frente do quadro junto da professora”, “escrever de 1 até [...]”, e assim por diante. Ou seja, todas essas ações corroboram com o pensamento de Vidal, ao passo que constata que práticas como aquelas, realizadas em uma fase tão delicada como a infância e juventude, vão refletir drasticamente no futuro daqueles indivíduos. Não foi objetivo da pesquisa questionar os entrevistados se existe alguma associação dos momentos que testemunharam tais hábitos com a função social da escola, mas certamente não restou dúvidas que a forma como os alunos eram tratados disseminou e fez parte da construção das pessoas que ali passaram.

Isso vincula-se diretamente à questão da memória escolar. E a pesquisa, como explica a própria Diana Vidal, sendo uma espécie de arquivo, tem a função de poder estabelecer ali um espaço que está aberto, ao mesmo tempo, para novas leituras: seja do passado, seja do presente. Então, o trabalho tem o objetivo central de registrar e guardar discussões decorrentes

da escolarização, mas também é um instrumento capaz de auxiliar na compreensão de muitos aspectos atuais. Durante o estudo, foi questionado “porque tal indivíduo hoje se comporta dessa maneira?” - A resposta, logicamente, não é única e exclusivamente devido aos reflexos da Ditadura, não obstante, defendemos que os efeitos do uso dos materiais escolares e dos espaços da escola, se associam e entram em contato com os desdobramentos sociais atuais.

Dito isso, em síntese, o objetivo geral do trabalho se pautou na investigação da memória e da história, explorando as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição de ensino, o Grupo Escolar Primário Helena Celestino Magalhães. Isso foi feito a partir da análise de documentos, fotografias das atividades culturais comemorativas, como o dia do folclore brasileiro e o terno do sol, arquivos, relatos orais de memórias de ex-diretora, professoras, funcionária e ex-alunas, somado ao estudo da historiografia do recorte temporal. Sendo assim, foi preciso, especificamente, conhecer a história da instituição de ensino, dando importância para quando foi fundada, como se deu sua implantação, os principais envolvidos, como o grupo escolar funcionava (turnos, quadro de horário, quantidade aproximada de professoras, alunos, a relação da família dos estudantes, as particularidades do espaço, entre outros). Abordou-se também a conjuntura, situação e problemáticas do conjunto habitacional onde a escola se situa - Presidente Castelo Branco- aliando com as perspectivas que a comunidade extraía diante de tal panorama.

Posteriormente, o objetivo passou a ser a identificação das práticas educativas utilizadas pelas professoras, e os materiais didáticos empregados em sala de aula. Paralelo a isso, foi objetivo substancial relacionar os acontecimentos do campo educacional com o processo histórico que o Brasil vivenciava. Isso foi feito a partir da análise das memórias, experiências e os conhecimentos que as professoras, alunas, diretora e a comunidade trazem, assim, constituindo-se um estudo amplo complementando com o repertório bibliográfico.

As fontes pesquisadas foram focalizadas para dialogarem entre si, para que fossem engendradas com a composição de um trabalho intercomunicante, que possibilitasse o elo de ideias, acontecimentos que permitissem ao leitor e ao público-alvo a melhor compreensão possível acerca do tema. As relações de poder evidentes durante a ditadura Civil-Militar se fazem presentes de forma muito clara nos discursos, nas imagens e representações do ensino no recorte temporal em questão. Por isso, seria vago e impreciso não intercalar o processo histórico com o segmento da educação. Para isso, foi fundamental estabelecer, tanto no produto final como neste texto uma linguagem objetiva e que pudesse relacionar, de forma nítida e simples, matérias que em um primeiro momento podem parecer muito antagônicas, mas que, observadas com cuidado, são extremamente vinculadas.

Importante frisar que, o objetivo da pesquisa encontra-se imerso em uma orientação muito simples, levando em consideração que, “a memória é, também, um mecanismo de reparação” (ABRÃO, TORELLY, CRUZ, 2012, p. 7). O trabalho em questão é um instrumento que busca afastar-se de uma verdade única, e, de modo oposto, registrar uma pluralidade de leituras e interpretações do passado para que se construa um presente democrático. Toda a discussão que se faz pretende deixar para a comunidade uma perspectiva ampla, revelando uma ótica que por muito tempo foi ocultada, silenciada e distorcida por aqueles que ocupavam os espaços de poder.

As relações que foram sendo construídas no período após o Golpe de 1964, sobretudo, no âmbito educacional, são nitidamente pautadas no tão falado regime de “ordem e progresso”. Todavia, somado aos interesses de crescimento, de desenvolvimento social e econômico, a Ditadura suprimiu valores éticos, morais e humanos. Durante a pesquisa, percebeu-se que as perspectivas das professoras, diretora e alunas da instituição escolar em questão são divergentes.

Em outros termos, é possível depreender que os eventos após 1964 foram marcados pela construção de uma narrativa completamente falseada. Existia a ideia plantada entre os mais exagerados e ufanistas- e depois espalhada pelo País - de que o então presidente da República, João Goulart, legitimava o comunismo e por isso era imprescindível que os brasileiros fossem protegidos através do golpe. Como afirma Patto (2021), a esquerda se posicionava alinhada com essa ideologia, mas durante todo o século XX se tratou de uma tentativa fracassada, resultando apenas em uma resposta extremamente violenta dos setores dominantes e do Estado. Ou seja, quando se fala em Golpe de 1964, faz-se referência a um momento divisor de águas na História, pois de fato existiu uma movimentação ilegal, ilegítima, antidemocrática que implementou por mais de 20 anos no Brasil uma Ditadura.

O contraponto que essa pesquisa busca oferecer é, justamente, trazer a ótica do período evidenciando uma realidade que contrasta fortemente com os principais aspectos apresentados nas fontes documentais. Melhor dizendo, há pontos em comum, por isso procurou-se enfatizá-los, porém, como se trata de evidenciar um espaço mais “suave” que é a educação, muitos dos entrevistados se colocaram em uma posição de imparcialidade com relação ao momento político. Com efeito, é compreensível essa tomada de posição, principalmente porque existe uma diferença significativa entre como a ditadura é relatada nos grandes centros urbanos e no interior do nordeste, o que é o caso de Juazeiro-BA. Em segundo plano, são poucos os autores que fazem menção a um estudo específico sobre a região. Assim, a literatura, infelizmente, acaba sendo restrita e impossibilitando que se tenha

uma visão ampla dos acontecimentos, inclusive relacionando-os com o setor educacional. Assim, não é possível cobrar ou criar expectativas de um parecer intrinsecamente crítico em um cenário em que tal criticidade não é visível. Contudo, é importante ressaltar que existe uma linha muito tênue a imparcialidade apresentada e a realidade dos fatos, por isso não se pode afastar das consequências inegáveis que o período trouxe.

Nesse cenário, nota-se que, para alguns, de fato, o período de 1972-1985 foi um marco considerável, uma vez que muitos apontam positivamente o respeito às autoridades, às hierarquias dentro da escola, a disciplina e obediência às normas, o comportamento educado, entre outros. Em contrapartida, sujeitos diferentes indicam que apesar da ordem e organização inteiramente presente, o ensino vinha também com a repressão, o silenciamento de ideias, pensamentos diferentes daqueles que foram instruídos, a falta de discussão de temas e matérias importantes que vão além dos conteúdos programáticos, ou pelo menos, a ausência de debate sobre os conteúdos do campo filosófico, sociológico e histórico.

A pesquisa, nesse sentido, deparou-se com a sua problemática, uma vez que, partir dessas duas perspectivas e construir uma discussão teórico-metodológica que permitisse a explanação e a justificação de olhares tão divergentes sobre um mesmo período, compreendendo que as duas posições são significativas e cruciais para a matéria, não se trata de tarefa simples. Assim, o problema surge em elaborar um entendimento concreto e específico, sem distanciar-se dos fatos, que não restam dúvidas que ocorreram, aliando ao olhar teórico da bibliografia.

Outro ponto importante que se relaciona com tudo já exposto, é o que indica Souza (2013) quando reflete sobre a dificuldade e um dos grandes desafios que é a inserção do patrimônio escolar nos debates públicos. Assim, torna-se imprescindível tanto a preservação da cultura material como imaterial para a história da educação no Brasil. Isso significa que este trabalho se preocupou em ser um dos instrumentos para contribuir com solução, amenizar os danos que a ausência de registros sobre a memória de um passado, a falta ou o pouco de conhecimento sobre o lugar, o espaço a que se pertence- sobre a interferência de acontecimentos históricos no ensino- e como isso se reflete nos dias atuais.

Logo, quando se investiga essas problemáticas, percebe-se como as raízes das dificuldades no campo educacional são muito mais profundas do que aparentam ser. Se hoje há o debate, cada vez mais, acerca de meios para uma educação interdisciplinar, inclusiva, que traga resultados práticos e efetivos da transmissão de conhecimento, em 1972, quando se começa o recorte temporal do presente trabalho, os problemas a serem discutidos eram outros, obviamente. Não obstante, quando são analisados por outras óticas, nota-se que, embora

muitas das preocupações sociais e políticas tenham sido mudadas, existem problemas que continuam reverberando e estruturando a sociedade de uma maneira muito contundente. É na situação em tela que se procurou desenvolver estudos que colaborem para chamar a atenção de autoridades competentes para a implementação de políticas públicas que envolvam essas questões.

Nesse sentido, é oportuno destacar a reflexão de Freire² (1987) uma vez que corrobora o que foi apresentado. Para tanto, o autor utiliza do termo “educação bancária” para se referir a prática de ensino cujo exercício se baseia apenas em o professor “depositar” informações para os alunos. Dessa forma, eles são vistos como receptores de conhecimentos os quais são transmitidos sem a possibilidade de reflexões, debates e questionamentos. Em sua maioria, os professores terminavam perpetuando essas ações de modo inconsciente; os estudantes, por sua vez, tornavam-se meros replicadores daqueles saberes e com isso o conhecido “ensino tradicional” se sustentava e se prolongava por grandes períodos no Brasil.

Para mudar essa realidade e permitir que o ambiente escolar seja um espaço, em sua maior parte, capaz de efetuar transformações sociais, culturais e científicas, foram necessárias muitas lutas e sacrifícios, colocando a democracia acima de qualquer ideal imposto. Assim, somente a partir da educação problematizadora ou libertadora difundida também por Paulo Freire (1987), é que o estudante passou a ocupar um espaço de ativo, que se distancia daquele em que só se assista à realidade. Agora, esse aluno é estimulado a participar, interferir, sugerir mudanças, à medida que também é convidado a aprender raciocinando e questionando a realidade.

²Em uma visão geral, Paulo Freire contribui de forma muito relevante com esta pesquisa, pois no decorrer das suas obras, especialmente em “Pedagogia do oprimido”, escolhida como aporte teórico, há uma direta associação com as reproduções que a educação permite. Com efeito, o autor explana que a educação possui a capacidade de retratar, por meio da estrutura dinâmica, o movimento dialético dos processos históricos que consequentemente são responsáveis pela produção do homem. Dessa forma, a pedagogia também é caracterizada como a própria antropologia, à medida que toma pra si o desafio de investigar uma esfera do ser humano que é justificada a partir da educação que lhe foi disposta por exemplo. No decorrer do texto se analisa a função da alfabetização, portanto, o papel que tem aprender a ler, e em razão disso ter a possibilidade de dizer a sua palavra. Isso justifica-se pois, por determinado tempo foi atrelada à “palavra” um sentido separado da existência, que não dialogasse com a vivacidade a qual o diálogo permite. Assim, entendemos a partir da concepção de Freire, que existe um limbo ao atribuir a uma categoria inerte o exame da palavra, pois ao contrário, esta traduz um pensamento que é dinâmico, que flui da historicidade, que transparece a criatividade e permite o ser humano chegar a lugares e ocupar posições que humanizem o mundo. Nesse sentido, fazemos um notório paralelo com a Ditadura Civil-Militar e o seu ensino, que é o que se discute nesta pesquisa. Não há portanto, vias de transformar o mundo sem entender que a educação é o caminho para tal. Ou seja: a partir do momento que se limita o método de aprendizagem à categoria de opressão, de silenciamento, de um comportamento cuja discursividade não possui espaço, não tem como esperar que este seja um ensino democrático que contribua para a formação de sujeitos participativos e não apenas reprodutores de conteúdos e pensamentos. Portanto, inserir Paulo Freire na discussão dessa problemática é quase que inevitável, pois seus escritos dialogam diretamente com o que se quer propor.

Na prática, o estudo em questão se aproxima dessa concepção libertadora. É a através da investigação e do registro das memórias e histórias escolares que se busca mostrar como o diálogo, vai ser sempre a melhor opção. Se antes havia um grande problema em permitir que os estudantes fossem abordados dialogicamente, a pesquisa se coloca em um lugar de problematizar e mostrar que a relação entre memória, democracia e educação está muito mais real do que demonstram. Através desse olhar, nota-se que, é por meio de registros, como o produto final deste relatório, que se pode compreender o que foi tal período e não admitir que questões como as expostas sejam repetidas de maneira análoga e sem fundamentação que as justifiquem devidamente.

Portanto, se todo o conjunto escolar estiver empenhado para a promoção de uma educação libertadora, é esperado que muitas atrocidades históricas não venham a se repetir, uma vez que, pressupõe-se, é somente por meio do conhecimento de um passado tão devastador que não se desejará sua retomada, ainda que em outros moldes. Essa é a principal hipótese que a pesquisa procurou abordar, haja visto que, acredita-se, veemente, na força que tem o diálogo, na apresentação dos assuntos por completo, na oportunidade de refletir, debater, sugerir mudanças, entre outros.

É através de uma educação participativa que se rompe com a tendência do senso comum de não reconhecer em sua total extensão os erros da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Por extensão, urge a existência de um corpo social incisivo e categórico, que busque repudiar intensamente qualquer indício que vise o regresso das violações aos direitos humanos, principalmente dentro do ambiente escolar. Tendo em vista que, é nesses espaços que a sociedade se estrutura, se alicerça e se molda, então- sobretudo nas escolas - preconiza-se um que este seja um lugar de resistência, resistente a qualquer tipo de opressão, permitindo aos estudantes analisarem, estudarem e reescreverem esse período tal qual ele foi, com a finalidade de nunca mais repeti-lo.

Nesse diapasão, as fontes pesquisadas contribuíram para a construção da pesquisa e constituíram hipóteses para se desenvolver todos os objetivos propostos. Assim, apesar da questão da pesquisa se relacionar em indagar, principalmente, quais eram as práticas pedagógicas na Escola Helena Celestino Magalhães em Juazeiro-BA no contexto da Ditadura Civil-Militar, é importante destacar que os registros orais aqui inscritos, de fato se configuram como um passo significativo “no sentido de evitar o silêncio e o apagamento sobre uma das experiências históricas mais marcantes e traumáticas da história do Brasil no século XX” (MONTENEGRO, 2012, p. 18). Não obstante, o professor Antonio Torres Montenegro (2012) assinala que o discurso retirado desses documentos não deve ser pensado como único

objetivo do trabalho. Pelo contrário, na realidade, “é a sociedade, por meio dos seus diversos agenciamentos discursivos e práticos, quem nomeia e atribui significados ao passado”. Em outros termos, o que se depreende é que, o objetivo e as hipóteses da pesquisa terminam sendo expandidos, ao passo que projeta-se a escrita desse texto num campo minado por inúmeras relações, colocando a sociedade no centro delas, pois é a partir desse domínio que se possibilita mudanças ainda maiores, para além do plano teórico.

Levando em consideração o pensamento de Minayo (1993), a pesquisa é uma busca constante, em um processo permanente e inacabado; por isso, pesquisar, fazendo indagações sobre um fenômeno, trata-se da descoberta de uma realidade. Paralelo a isso, Passerini (2006, p. 211) aponta que, “é evidente que todo começo define não somente uma época, mas também um espaço, uma dimensão que pertence a esse tempo”. Em sua obra, a autora direciona essa “dimensão” para a Europa; de maneira análoga, podemos nos referir à dimensão brasileira, sobretudo ao período do regime militar, uma vez que, essa dimensão, igualmente, “suscita problemas históricos, como por exemplo a pesquisa de suas origens ou antecedentes, sem limitar-se apenas à história das idéias eruditas, mas levando em conta as culturas cotidianas” (PASSERINI, 2006, p. 211). Diante das evidências científicas e acadêmicas dos conhecimentos populares, ainda assim, “vivemos em uma sociedade que continuamente nega uma grande parte de seus saberes e trajetórias” (THOMPSON, 2005, p. 9).

Nesse sentido, o presente trabalho se justifica pela sua contribuição para a academia, para a sociedade e pessoalmente, uma vez que se constroem arranjos e forma-se uma composição de memórias e lembranças possíveis de serem acessadas e ressignificadas, colocadas por prismas díspares, mas consubstanciadas em relatar acontecimentos, personagens e narrativas reais, que não se distanciem em nenhum momento daquilo que de fato ocorreu. Isso se dá, conforme é construída uma história a qual os livros didáticos não contam: uma história que carrega emoção, sentimentos, que traz alegria, entusiasmo, afeto, superação, desprazer, mágoa ou consternação, a depender do prisma pelo qual se enxerga. O produto desse relatório é fruto da correlação, dos discursos de pessoas que vivenciaram o período; assim como da delimitação da historiografia, o que possibilitou um conhecimento mais detalhado sobre a época. A partir daí se atribui tamanha relevância para a pesquisa, justificando a sua importância para o âmbito acadêmico-científico, social e pessoal.

Em uma análise sobre como proceder após períodos de ditaduras, a professora Maria Paula Araújo (2012, p. 55) mostra que o processo denominado “justiça de transição” que ocorre em diversos países os quais passaram por regimes totalitários, abrange uma universalidade de questões (o que se faz com a herança autoritária? Os culpados devem ser

punidos? Os danos morais e materiais causados devem ser reparados? Se sim, em que proporção? Deve haver a anistia de crimes políticos? Realiza-se a reintegração de antigos excluídos? Revelam-se os fatos? Entre outros) e cada país adota diferentes medidas e procedimentos jurídicos, acompanhando seu processo de transição.

A autora prossegue, indicando que diante de tudo isso, há um elemento, a palavra, que passou a ser figura fundamental. “Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades, nomear responsáveis, resgatar a memória de lutas e resistências - têm tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos” (ARAÚJO, 2012, p. 55). Exatamente nesse ponto é que a presente pesquisa constitui sua justificativa principal. Seja para o mundo acadêmico, científico, social ou para o pessoal, há no fulcro de todo o texto o anseio por contribuir com a democracia (diga-se de passagem, uma democracia tão recente e vulnerável) através da palavra, por meio de relatos de pessoas que a vivenciaram, e também por meio de uma bibliografia profunda.

Não se torna objetivo do trabalho analisar toda a abrangência desse tema; entretanto, torna-se salutar destacar que, nesse momento histórico de como proceder após um regime ditatorial, “a memória travava uma luta contra o esquecimento” (ARAÚJO, 2012, p. 56). À medida que se estuda a importância e a força da memória para a coletividade, percebe-se que o seu registro, sobretudo referente ao “que se tinha passado naqueles anos de ditadura revelou-se uma arma de denúncia da repressão e do terrorismo de Estado” (ARAÚJO, 2012, p. 56). A memória deve ser usada como um instrumento político que reivindica justiça e impede que fatos tão importantes caiam no esquecimento. O trabalho, embora focado na educação, se reflete nesse sentido como um meio de se promover a justiça social que tanto carece nossa nação. Com relação às medidas tomadas durante a justiça de transição, no Brasil, são diversas as críticas apontadas pela forma como se deu, a dimensão e a ausência de um Estado assertivo e responsável na construção de um novo país, em vista dos imensos danos que restaram do período ditatorial.

O estudo se justifica no campo acadêmico e científico, pois é a partir da sua inserção nesse meio que se possibilita o acesso de estudiosos e pesquisadores para enxergar uma realidade (a do ambiente escolar no interior do Nordeste), com a percepção que a Ditadura deixou marcas diversificadas em cada espaço. Por isso a recuperação dos danos simbólicos e materiais deve ser realizada condizendo com cada necessidade. O esforço de trazer à tona a memória da repressão, do autoritarismo, do comportamento e silêncio dos alunos, através de depoimentos, mostra que fazendo parte da história oral, o trabalho é capaz de suscitar

questões, formular perguntas e buscar as soluções e explicações na teoria da história (AMADO e FERREIRA³, 2006).

Nessa ocasião é de suma importância que se discuta as fontes e a metodologia da história oral, uma vez que é um mecanismo crucial para a elaboração deste estudo. Assim, percebemos conforme Ferreira e Amado (2006) que não existe um consenso sobre o *status* desse elemento. Para se ter uma noção, há autores que se referem à história oral como uma técnica possível de investigação da própria história, funcionando como uma ciência auxiliar, enquanto outros têm o cuidado de demonstrar que trata-se de um método muito mais inovador o qual conduz um grande potencial, que ao ser operado com conhecimento de causa engendra um verdadeiro salto qualitativo, deixando de ser uma mera “ciência auxiliar” responsável apenas por aperfeiçoamentos técnicos.

Igualmente, a história oral lança mão de várias formas de manipulação, à medida que se constitui como uma fonte original, que estabelece uma relação com domínio parcial entre o historiador e os sujeitos da história. Com efeito, optou-se por utilizar uma história “participativa”, na qual ao realizar uma entrevista, se abdica de induzir os entrevistados, possibilitando o surgimento de diversas decepções, desencantos- e até mesmos fracassos - ao confrontar os relatos orais com as outras fontes. No entanto, não se pode deixar de evidenciar que existe um notório enriquecimento da pesquisa; por isso, seu emprego neste estudo.

Levando em consideração as ponderações de Verena Alberti (2005, p.79), a entrevista é o “cerne do trabalho com a história oral – ali onde a investigação e a prática científica se aliam e produzem resultados. É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a história oral”. Isso significa que é nessa etapa, objeto de cuidado e dedicação, que procurou-se ter consciência sobre a especificidade da relação entre entrevistado e entrevistador. Assim, ao optar por essa metodologia, a pesquisa foi posta em lugar com “sujeitos distintos muitas

³Diante de várias perspectivas, as autoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006), trazem ao público diversas questões que envolvem a utilização da história oral, além do frequente debate sobre o *status* que esta denominada técnica, metodologia ou até mesmo disciplina, induz. Nessa senda, há uma preocupação de mostrar que não se confirmam as críticas realizadas à história oral que enviesam o caráter de renúncia às exigências teóricas. Assim, se requer atenção para os múltiplos enfoques da história oral que apresentam acima de tudo um aspecto comum, que é a construção de uma proximidade do historiador com o desenrolar dos eventos analisados. No decorrer da coletânea, nota-se que muito se justifica a inovação da história oral por esta permitir a relevância de objetos que normalmente são excluídos da história. Assim, há a referência para os marginais, as mulheres, os proletários e assim por diante. Isso oportuniza que o público tenha conhecimento de uma “história vinda de baixo”, isto é, que conte o dia a dia da vida privada indo de frente com as maneiras de ver e sentir que as visões e estruturas objetivas propõem. No nosso caso, a utilização desse instrumento se pauta em uma dessas pretensões, justamente porque existe um contraponto entre as principais narrativas da literatura e os relatos locais colhidos durante o desenvolvimento da pesquisa. Assim, as autoras abordam a complexidade que é qualificar, estabelecer uma definição e denominação da história oral. Isso, porque não existe um consenso sobre como reconhecê-la; nesse sentido, a pesquisa histórica que se opera nesse campo precisa se familiarizar com suas indagações que dialogam diretamente com a construção da pesquisa.

vezes de gerações diferentes, e, por isso mesmo, com linguagem, cultura e saberes diferentes” (ALBERTI, 2005 p.101), e ao mesmo tempo que é um desafio interagir, dialogar sobre o mesmo assunto, expor perspectivas convergentes e divergentes, também se trata de construir uma pesquisa integrada de maneira muito especial. Essa idéia compreende o aprofundamento, da parte do entrevistado, de um “conhecimento decorrente de sua experiência de vida, e, da parte do entrevistador, um conhecimento adquirido por sua atividade de pesquisa e seu engajamento no projeto” (ALBERTI, 2005, p.101).

Mostrar as disputas existentes pela memória e a pluralidade de experiências e visões, também se constitui como papel significativo da pesquisa, principalmente no que tange à sociedade. Nesse sentido, em conformidade com o pensamento de Elizabeth Jelin (2000), parte-se do pressuposto que seria impossível encontrar uma única memória, interpretação e visão do passado que seja compartilhada por toda a sociedade. Henry Rousso (2006) complementa, atestando que a definição de memória está relacionada a uma representação seletiva do passado, por sua vez, esse passado não se refere somente aquele do indivíduo; contudo, de um indivíduo que está inserido num contexto social, familiar e nacional. O autor prossegue afirmando que, para se lapidar uma definição, entende-se que a memória é coletiva.

Isso significa que, embora os registros e depoimentos coletados sejam individuais, ao serem introduzidos na pesquisa tornam-se parte relevante para a comunidade, sobretudo a juazeirense. Apresentar uma percepção ampla do passado, com a finalidade de mostrar as mudanças na educação com relação aos dias atuais - na forma de ensino, nos materiais didáticos, nas comemorações, etc. a partir da década de 1970- configura uma grande importância para a cidade e oportuniza que cada vez mais o município se desenvolva e cresça aprimorando e atualizando os conhecimentos, levantamentos e informações sobre a sua própria história.

No âmbito de incidência pessoal, a pesquisa contribui e se justifica sendo um instrumento para a realização de uma formação continuada. Possibilita, dessa forma, uma ampliação de saberes, contribuindo com estudos que permeiam os espaços escolares, tendo em vista o desenvolvimento de novas competências e habilidades, abordando os aspectos regionais, culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos ao longo da história da educação.

Como historiadores, nosso propósito é analisar e compreender as ações humanas no tempo, sendo desafiados com os fatores subjetivos - de modo que integrem o trabalho de maneira produtiva - indispensavelmente sem se afastar do tema, adotando um olhar e uma postura crítica que considere os diferentes pontos de vistas e todas as evidências. Essa

pesquisa elabora a sua relevância, na medida em que oferece ao público uma abordagem bem fundamentada e equilibrada sobre a educação durante o regime autoritário, com base em pesquisas, coleta de evidências documentais e análise lógico-racional dos resultados. Não se trata da apresentação de uma mera opinião; pelo contrário, foram seguidos métodos e padrões científicos, sendo respeitados os limites éticos. Nesse sentido, reconhece-se também que o conhecimento acadêmico não é infalível, não obstante é aquele que oferece os melhores instrumentos e os mais confiáveis com a finalidade de se alcançar a verdade histórica (MOTTA⁴, 2021).

Tomando como base as pesquisas exploratórias, conforme, Gil (2008, p. 27) elas

são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Por isso, optamos por aplicar a metodologia de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo exploratório. Assim, o trabalho realizou-se por meio dos instrumentos de entrevistas semiestruturadas e dados coletados em campo. Após a coleta de informações da realidade pesquisada, foram feitas análises.

O recorte temporal (1972-1985) desta pesquisa, tem início em 1972, ano da criação do Grupo Escolar Primário Helena Celestino Magalhães, como instituição pública. Para alcançar os objetivos propostos dentro do recorte cronológico desta pesquisa, adotamos caminhos fundamentais para essa construção de conhecimentos. Assim, foi fundamental o uso de fontes orais (entrevistas semiestruturadas) a partir da vivência dentro do Colégio, fontes escritas (atas finais de alunos, livro de ponto), fontes iconográficas (fotografias).

⁴Rodrigo Patto Sá Motta, em sua obra “Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar” acompanha essa pesquisa com um papel muito significativo. Isso porque, ao traçar uma correspondência entre os eventos relacionados ao golpe e à ditadura com as manifestações recentes de personalidades públicas sobre tais questões, o autor deixa um vasto escrito destrinchando como se sucederam os episódios históricos e seu caráter autoritário que apesar de ser minimizado, não pode cair no esquecimento. Nesse sentido, há sérios apontamentos e debates sobre o formato que o País adotou para superar essa época, sendo enfatizado o fato de que se permitiu uma transição sem terem sido acertadas as devidas contas com o autoritarismo vigente, “e tampouco com os responsáveis pela violência e pelos crimes praticados contra os direitos humanos” (MOTTA, 2021, p. 10). Somado a isso, a importância do autor perpassa por registrar de modo preciso o legado da ditadura e demonstrando que “estudar, compreender e divulgar a história da ditadura é fundamental – mas com vistas à negação e à superação da sua herança, e não para comemorá-la em chave positiva” (MOTTA, 2021, p. 308). “Passados presentes” tornou-se uma composição basal para esse escrito pois evidencia, com um olhar mais atento e crítico, a história da ditadura, fazendo dessa forma, uma imensa contribuição para que certos fantasmas sejam exorcizados. O pluralismo político e o respeito à democracia requerem uma revisão na memória e nas atitudes dos militares com vistas a ensinar o valor positivo que as instituições da educação, por exemplo, possuem e são primordiais na construção e reestruturação do destino do País.

Nesse viés, é importante registrar a concepção de Gil (2008, p.50) o qual explica que “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos”. Pois “em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”. Dessa forma, é preciso analisar minuciosamente o material pesquisado, filtrando as informações ao longo da pesquisa.

Logo, através dessas estratégias metodológicas, o percurso na elaboração do trabalho é interposto pela pesquisa bibliográfica, com base em autores que contribuíram com a ampliação de estudos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, além da História Oral que foi essencial na coleta dados e das narrativas. Assim, nesta pesquisa optou-se em trabalhar metodologicamente com os seguintes grupos⁵: professoras, alunas, funcionários e pais, que colaboraram para a viabilidade deste estudo.

Como aporte referencial dessa pesquisa, em resumo, evidenciam-se autores como, Saviani⁶ (2014) em estudos sobre a história da Educação no Brasil, Freire (1987) que auxilia na reflexão sobre a educação enquanto prática de liberdade, Motta (2021) que explana o contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil e Marieta Ferreira e Janaína Amado(2006), cuja evidência encontra-se nos desafios da história oral e suas perspectivas. Assim, toda a literatura contribuiu para a construção de relevantes conhecimentos relacionados à temática em estudo.

Em que pese as ponderações de Saviani (2014) e as mudanças estabelecidas pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/1971, consideramos oportuno assinalar que

⁵ Professora: Eunice Cerqueira Farias (Entrevista Fevereiro/2022) / Professora: Hildene Sento Sé (Entrevista Fevereiro/ 2022) / Aluna: Edilene Ribeiro Torres (Entrevista em Maio/2022) / Aluna: Maria Telma D. Oliveira (Entrevista Maio/ 2022) / Aluna: Iranildes Lopes Conceição (Entrevista Maio/2022) / Aluna: Luzenaide Gonçalves da Cunha (Entrevista- junho/2022) / Professora: Eremi Maria de Souza Santos (Entrevista junho/2022) / Funcionária: Zinete Gonçalves da Cunha (Entrevista Setembro/2022) / Mãe: Ruth Paiva Lima (Entrevista- Setembro/2022)/ Morador e líder comunitário do Bairro Castelo Branco: o Senhor Carlos Augusto Lopes Cursino(Entrevista- Janeiro/2023).

⁶Consideramos oportuno e fundamental dar ênfase às proposições de Dermeval Saviani, sobretudo com a obra “O Legado Educacional do Século XX no Brasil” (2014), pois se revelou uma ferramenta bastante útil para que os educadores se inteirassem de subsídios que permitem a ampliação da cultura pedagógica e contribuem que se coloque em prática o trabalho educativo junto aos alunos. Nesse sentido, seu texto intitulado “O Legado Educacional do ‘Longo Século XX’ Brasileiro” é dividido em dois tópicos, quais sejam: “para uma história da escola pública no Brasil” e “a escola pública brasileira no ‘longo século XX’” juntamente com a Conclusão. Nos referidos textos, o balanço que realiza pondera como o passado reflete projetos atuais, e é basal a compreensão do século há pouco terminado, além dos métodos de ensino, os grupos escolares e a política educacional. Assim, o autor evidencia que as transformações mais determinantes, sejam sociais, culturais, econômicas, políticas ou ligadas à educação, no caso brasileiro, ocorreram no final do século XIX, especialmente nas duas últimas décadas. Com isso, há a necessidade e o questionamento da propositura de uma historiografia abrangente que possibilite a compreensão dos antecedentes da escola pública no Brasil e em seguida em que ocasião se deu a implantação dos grupos escolares, que “corresponde à etapa da escola pública propriamente dita” (SAVIANI, 2014, p. 21). Portanto, a periodização dessa problemática torna-se fundamental para esta pesquisa, inclusive para pontuar o ensino durante a ditadura, ressaltando as tentativas de se organizar a educação sob a chancela do Estado.

desde a década de 1960, “expressando a hegemonia do movimento renovador [...] foi uma época de intensa experimentação educativa” (SAVIANI, 2014, p. 39). Nesse sentido, diante da nova situação instaurada pelo golpe militar, desencadeou-se uma série de mudanças, assim a referida lei buscou atender esses ajustes considerados necessários pelo governo. Aprovada em 11 de agosto de 1971, os dispositivos da legislação alteraram "os ensinamentos primário e médio, modificando sua denominação para ensino de primeiro e de segundo grau." (SAVIANI, 2014, p. 39).

Sabendo que foi a partir daí que se teve a organização da educação básica no Brasil, Saviani (2014, p. 42) destaca que a Lei enunciou princípios básicos de integração vertical e horizontal, “entretanto, a profissionalização universal e compulsória do ensino de segundo grau enfrentou vários percalços [...]”. Além disso, “a situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura militar logo se tornou alvo da crítica de educadores [...]”. O que se percebe, e o próprio autor aponta, é que esses educadores começaram a se organizar e nesse processo dois vetores distintos de preocupação surgiram: enquanto havia quem se interessava com a representação seja social ou política da educação- pois é daí que advém a procura por uma escola pública que seja aberta para toda a população e de qualidade- por outro lado, surge a preocupação protagonizada pelas entidades sindicais dos diferentes estados, que se caracterizou pelo aspecto econômico-corporativo, cuja maior expressão é o caráter reivindicativo.

Em suma, o que se quer trazer à tona é um quadro que do ponto de vista institucional coloca a escola em uma posição de poder. Um conceito central nessa discussão é justamente a cultura escolar, por isso cabe retomar as orientações de Diana Vidal expostas anteriormente. Um ponto que intersecciona essas compreensões é depreender que a escola nitidamente é um espaço de reprodução social, por isso chama a atenção sobre o que ocorre em seu funcionamento interno. Traçar um paralelo sobre as mudanças que a Lei nº 5.692/1971 trouxe, significa antes de tudo evidenciar que, por exemplo, a profissionalização universal e compulsória do ensino de segundo grau, um grande marco dessa nova organização educacional, resultou a passagem de uma educação que possuía uma concepção produtivista para entender a educação “como algo não meramente ornamental, um mero bem de consumo, mas como algo decisivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico, um bem de produção, portanto” (SAVIANI, 2014, p. 47).

Assim sendo, no afã de suprir essa relação entre educação e economia, na década de 1970 “surge a tentativa de empreender a crítica da teoria do capital humano”(SAVIANI, 2014, p. 47). Em síntese, Saviani (2014) vem nos atentar para um aspecto que explica e

justifica a organização do ensino ter se dado de tal maneira, isso porque, na época da aprovação da LDB, assim como outros dispositivos legislativos, o objetivo principal era colocar a educação “a serviço das classes dominante, uma vez que qualificava a força de trabalho, o processo educativo concorria para o incremento da produção da mais-valia, reforçando, em consequência, as relações de exploração”. (SAVIANI, 2014, p. 47). Nesse momento, a cultura escolar sendo um fator que pode variar segundo as épocas, durante o período da ditadura restou claro que prevaleceu o peso sobre as normas, mas, sobretudo, foi ao redor das práticas que se envolveu maior atenção.

Mediante tal situação, a partir de uma discussão teórica fundamentada, é possível sustentar que a cultura escolar possui diretamente uma dimensão histórica. Isso ocorre em virtude dela tanto se apropriar de circunstâncias sociais quanto ser capaz de interferir na sociedade. A saber, o ensino profissionalizante tanto sofreu influências dos objetivos econômicos traçados pelo governo militar, como também conseguiu deixar marcas na sociedade na medida em que marcou uma geração que se prendeu ao estudo tecnicista.

Portanto, não se pode deixar de indagar como escrever um pedaço da História da Educação que é manifestadamente representada pela interferência. Fato é que, assim como sinaliza Dóris Bittencourt Almeida “apostamos na potência desses escritos, aqui transformados em documentos, que nos permitem, pelas lentes da História, aproximações de uma instituição educativa, em um tempo pretérito, que tem sua história atrelada [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 142) à Escola Helena Celestino Magalhães. Isso significa que é importantíssimo dar destaque a “quanto a historiografia vem se interessando por esses relatos de pessoas comuns, que evocam o passado, em uma dimensão autobiográfica.” (ALMEIDA, 2018, p. 142). Concordamos plenamente com Dóris ao afirmar que as histórias aqui escritas tratam de memórias de sujeitos discentes e docentes que puderam frequentar por muitos anos a instituição e a partir disso nos é possível tematizar diferentes percepções sobre a escola que, apesar de ser um local fixo desde a sua fundação, implica lembranças alusivas a vários espaços e lapsos temporais.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em uma reflexão sobre os fatos históricos no Brasil, entre 1972 a 1985, o acontecimento que sobrevém é a Ditadura Civil-Militar. Nesse contexto, a presente pesquisa se alicerça e consiste em uma importante contribuição para que se possa compreender como o

ensino no Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães se deu e as suas principais nuances durante esse recorte temporal. Assim, é importante compreender que o desenvolvimento dos estudos iniciou-se investigando como a intervenção militar se consolidou. Rodrigo Patto Sá Motta (2021) explica que, a despeito das evidências históricas, muitos defensores do golpe militar de 1964 seguem insistindo que havia uma grave ameaça comunista pairando sobre o Brasil por isso a atuação dos militares foi indubitavelmente justificada. Contrariamente, não é isso que os fatos nos demonstram.

Nota-se que o referido governo (1961 - 1964) foi marcado por uma série de crises, especialmente no que tange à aplicação da manipulação anticomunista. Fica evidente que, ao longo do ano de 1963, o presidente João Goulart se encontrou em uma posição complicada, com o quadro econômico e político progressivamente se deteriorando. O então presidente se via inviabilizado de contornar os problemas econômicos, agravados cada vez mais, sobretudo pela crescente inflação e a falta de reservas cambiais, e via o sistema político fugir do seu controle, à medida que a oposição se fortalecia. Em um cenário de polarização política, as negociações para aprovar no Congresso as chamadas “reformas de base” ficaram inviabilizadas, somado ao fator que os capitalistas sentiam-se inseguros para investir no Brasil. Com efeito, não restam dúvidas do teor instável do governo e a ampliação dos problemas econômicos (MOTTA, 2021).

João Goulart, no dia 04 de outubro de 1963, chegou a enviar para o Congresso Nacional um pedido para que autorizasse o decreto de estado de sítio. Essa medida, por prazos ilimitados, outorgaria para ele poderes excepcionais, o que impactou diretamente tanto a esquerda como a direita na forma que enxergava o governo. Cada lado passou a desconfiar de um possível golpe vindo do grupo oposto, o que contribuiu para o governo recuar e retirar o pedido, uma vez que se encontrava isolado e sem alternativa. Por sua vez, a medida representou a perda de prestígio e respeitabilidade do presidente. Mais adiante, entre o fim de 1963 e o começo de 1964, João Goulart não abandonou de forma total a estratégia de dialogar com diferentes forças políticas, porém optou pelas reformas sociais, apoiadas pela esquerda. Nesse ponto, seus atos confirmaram seu destino (MOTTA, 2021).

Um dos seus propósitos, a reforma agrária de caráter amplo, demandava mudanças na Constituição, tornando-se uma medida muito difícil de ser executada, tendo em vista que setores majoritários do Congresso demonstraram força aos conservadores e se opuseram às mudanças constitucionais, sob o argumento de que isso representaria as intenções golpistas do governo. Trata-se de uma questão emblemática porque embora o texto da presidência enviado para o Congresso tenha sido vago quanto à delimitação dos seus objetivos, a permissão para

que os poderes fossem delegados dependia, antes, que o próprio Congresso autorizasse; por isso tratava-se de uma acusação precária. Nesse cenário, a acusação de que Goulart estaria tramando com os comunistas passou a ser cada vez mais difundida e se consumaram diversos ataques vindos de grupos da direita. Tudo ocorreu de tal modo que reinava um clima de tensão e mobilização anticomunista; tempos depois, sob a narrativa falseada de “salvar o Brasil dos comunistas”, oficialmente, no dia 31 de março de 1964, o golpe ocorreu (MOTTA, 2021).

Ingênuos, e avaliando que facilmente a insurreição militar seria debelada, Goulart e seus ministros mantiveram-se passivos e pautaram suas decisões de não resistir no temor de que se desencadeasse uma guerra civil e uma iminente invasão do território brasileiro por forças militares dos Estados Unidos (FERREIRA, 2011).

Sintomaticamente, enquanto em Brasília o Congresso improvisava para seguir os ritos aparentemente legais e constitucionais para a transferência de poder, no Rio de Janeiro Costa e Silva o mais antigo general em exercício e o mais assediado pelos jovens oficiais radicalmente comunistas, se autodeclarava chefe do Comando Supremo da Revolução. O poder de fato passara para uma junta militar, composta por representantes das três Forças Armadas: general Artur da Costa e Silva, líder do grupo, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Francisco Correia de Melo. Como a “revolução” era o objetivo maior dos vencedores do dia, quem a comandasse tinha o destino do país em suas mãos (D’ARAÚJO e JOFFILY, 2020, p. 14 -15).

Rodrigo Patto Sá Motta (2021) aponta que apesar de serem aliados de Goulart, os comunistas eram um grupo minoritário, além de que, tratava-se de uma aliança incerta com mútuas desconfianças. Por isso, o argumento de que Jango conspirava como o comunismo e estava disposto a apoiar uma ação radical revolucionária é frágil. Ressalta-se ainda, que, recorrentemente, a crise econômica, política e social tenha sido utilizada para justificar o ato, na realidade o que prepondera para a decisão do golpe e posteriormente a implantação da ditadura, é o anticomunismo (D’ARAÚJO e JOFFILY, 2020).

De tais exposições, é importante enfatizar, que os golpistas de 1964 não hesitaram em usar a força; contudo, também, se preocuparam com a legitimidade dos acontecimentos. Com a falsa narrativa de combate ao comunismo, o golpe foi dado em nome da democracia, por suporem que esta estava ameaçada (RIDENTI, 2014). Vale lembrar, conforme D’Araújo e Joffily (2020, p. 11): “a ditadura não estava prevista no golpe, [...] foi construída com embates dentro das próprias Forças Armadas”. No dia do golpe, por exemplo, o governo não tinha um projeto de que se pretendesse implementar uma ditadura; havia, evidentemente uma ambição sem limites de livrar-se de quaisquer resquícios do comunismo no país. E com isso toda a ambição foi revestida de argumentos presunçosos, tal como “sem controle político-ideológico

o país não poderia retomar o crescimento econômico, a segurança e estabilidade política”(D’ARAÚJO e JOFFILY, 2020, p. 44).

Quando perguntada a ex-aluna, Maria Telma D. Oliveira, do Colégio Helena Celestino Magalhães -estudante da instituição a partir de 1973- sobre as memórias da Ditadura, ela responde que na realidade, no período em que frequentava a escola os alunos nem sabiam que o Brasil estava vivenciando uma ditadura. Além disso, o dia 31 de março passou a ser uma data comemorativa nas escolas também, por isso a “revolução” do Brasil era celebrada. Isso nos leva a refletir sobre como as instâncias de manipulação e alienação do povo foram levadas tão longe, a ponto de muitas pessoas não terem acesso a informações sobre o que estava acontecendo na realidade brasileira.

Marcelo Ridenti (2014) demonstra que o regime que se instaurou, em nenhum momento se assumiu como uma ditadura. O que se poderia afirmar, no máximo, era em uma “democracia relativa”, pois sempre houve a preocupação em manter uma fachada democrática, apesar das incontáveis violações aos direitos humanos em diversos setores. Em razão disso, percebe-se que, durante quase todo o período, o Congresso funcionava, ainda que tenha ocorrido de parlamentares em momentos de crise terem seus mandatos cassados, além da imposição do bipartidarismo(no final de 1965) e de ser fechado de tempos em tempos, além de outros constrangimentos.

O autor ainda acrescenta sobre o julgamento dos prisioneiros - que embora ocorressem na Justiça Militar, sob leis duras, chegando a contar com perseguições a opositoristas, torturas e mortes à margem da lei do próprio regime - tratava-se de um julgamento legal. Dentro disso, fazemos uma observação sobre o fato de que nem sempre o que é legal, que está dentro das legislações, pode ser considerado justo ou equilibrado. No caso do Congresso e dos julgamentos durante o regime militar, não restam dúvidas do seu caráter violador de diversos direitos humanos. Por conseguinte, apesar de diversos elementos, sobretudo com os limites da Constituição de 1967, reformada estruturalmente em 1969, em sentido ainda mais autoritário, pode-se entender que houve a manutenção da fachada democrática, uma vez que os militares governaram sob a égide de medidas constitucionais (RIDENTI, 2014).

Nesse sentido, utiliza-se do enunciado de Max Weber (1999), que preconiza sobre a estabilidade da dominação, a qual só pode ser alcançada ao passo que não seja restrita ao uso da força. Em outros termos, a duração de qualquer regime está intrinsecamente relacionada à construção de alguma base de legitimidade. De maneira análoga, até mesmo em regimes autoritários, o aspecto da força e do convencimento precisa ser envolvido, e isso acontece não só com base no confronto, como também por meio de negociações. A ditadura “foi um jogo

baseado ao mesmo tempo em ameaças e concessões” (MOTTA, 2021, p. 74). E sem isso, torna-se evidente que a relação entre dominados e dominantes não pode ser compreendida, pois não há a construção de uma de legitimidade, precisa-se levar em conta o reconhecimento do outro, que envolve zonas intermediárias entre resistir e colaborar (RIDENTI, 2014).

Em vista disso, destaca-se que, embora o golpe seja “majoritariamente retratado pela historiografia recente como disputa política entre duas amplas heterogêneas correntes ideológicas – esquerdas e direitas –” (D’ARAÚJO e JOFFILY, 2020, p. 16), ambas possuem fortes ambiguidades internas. O que intriga muitos autores é o fato de imediatamente o golpe não ter sido contestado; longe disso, é relatado que a esquerda encontrou-se em um estado de paralisação, como representa o próprio comportamento de João Goulart, prevalecendo o mais improvável “a vitória sem luta dos golpistas” (REIS, 2014, p. 84-85).

Concordamos com D’Araújo e Joffily (2020, p. 36) quando apontam que aferir qual a crise foi mais forte é uma tarefa difícil. Não se sabe “se a econômica ou se a política, ou de que forma ambas se impactaram mutuamente”. No entanto, “o desfecho em 1964, foi a deposição via golpe militar, com apoio civil, e mudança de regime” (D’ARAÚJO e JOFFILY, 2020, p. 36). Posteriormente, podemos até tratar da “superação” da crise econômica, que foi creditada ao regime autoritário recém instaurado, mas sempre lembrando que esta se deu com custos sociais duradouros.

Num primeiro momento, expomos as principais características do golpe em 1964, agora, para que se possa compreender o desenrolar histórico da ditadura militar de forma mais eficiente e organizada, optamos por sintetizar três momentos importantes: “os anos de implantação da ditadura (1964 - 1967) e o período de autoritarismo e repressão mais agudos (1968 - 1974) [...] as fases de distensão e abertura (1974 - 1985)” (MOTTA, 2021, p. 101). A fase inicial do regime militar, como aponta Motta (2021, p. 101-102) foi decisiva “para a montagem das estruturas políticas da ditadura, que seriam mantidas por todo o período apesar de mudanças implantadas após 1968 (para intensificar o autoritarismo) e após 1979 (para reduzi-lo)”.

“No dia 11 de abril de 1964 o Congresso Nacional, sob a tutela do Ato Institucional nº 1, elegeu o chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, como presidente da República” (PRADO; EARP, 2020, p. 213). No mandado que se estendeu até 1967, o governo de Castelo Branco “munido de poderes excepcionais, promoveu várias reformas econômicas, administrativas e tributárias” (PRADO; EARP, 2020, p. 213). O objetivo principal passou a ser na esfera econômica, no combate à inflação; para isso, foram reunidas equipes qualificadas de economistas do Brasil e do exterior, para que juntamente

com o governo fossem elaboradas uma série ações. (D'Araújo e Joffily, 2020). Vale lembrar que, embora essas medidas possam soar como profícuas, na realidade, muitas delas só foram possíveis devido a maior capacidade decisória que os governos ditatoriais possuem, tendo em vista que “podem governar por decreto e o congresso nacional, quando existe torna-se submisso”(D'ARAÚJO; JOFFILY, 2020, p. 36).

Vejamus que, de maneira geral, apesar dos militares serem antagônicos aos movimentos populares que se iniciaram no período de Getúlio Vargas, “eles deram continuidade a seu projeto de criação de um Estado industrial moderno”. Foi durante o regime militar que foram lançadas as bases essenciais para transformar o Brasil no líder industrial da América Latina. Embora não se pode deixar de enfatizar que essas políticas praticadas foram válidas e estimularam a economia, elas vieram acompanhadas de “sérios desequilíbrios a longo prazo, tais como déficit público, endividamento externo e inflação”. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 38). Apenas em 1969, quando se inicia o chamado milagre econômico da ditadura é que “o PIB retoma o crescimento de 1960. Esse crescimento, contudo, não foi sustentado” (D'ARAÚJO; JOFFILY, 2020, p. 35).

Ressalta-se que, “[...] na década de 1970, a expressão “milagre econômico” passou a ser usada como sinônimo de *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; EARP, 2020, p. 219). A partir disso, retomando o governo de Castelo Branco, podemos dizer que, após uma série de medidas que impactaram a administração pública, a equipe do presidente possibilitou aos futuros governos condições para que tivessem autonomia na direção das políticas públicas, dos investimentos e das finanças (D'ARAÚJO e JOFFILY, 2020). Não obstante, para o governo de Castelo Branco, manter a sua política de ajuste econômico, não estava mais coadunando “com as expectativas de crescimento e as demandas de restabelecimento da ordem democrática que começavam a ganhar força na sociedade” (PRADO e EARP, 2020, p. 219).

Em 1967, após a ascensão de Artur da Costa e Silva (1967 - 1969) existia “a expectativa de que a institucionalização da ditadura traria uma espécie de normalidade autoritária e menor necessidade de repressão” (MOTTA, 2021, p. 111). No entanto, não foi isso que ocorreu. Diante de uma forte pressão da direita radical, o governo de Costa e Silva mostrou os limites das promessas de tolerância e diálogo. Fazendo um paralelo com o governo de Castelo Branco, a ditadura, nesse período, “oferecia recursos de sobra para reprimir os revolucionários de esquerda, mas também garantia alguns espaços de atuação para dissidentes moderados, graças às concessões ao liberalismo político” (MOTTA, 2021, p. 115).

Por sua vez, foi no governo de Costa e Silva que ocorreu a caracterização de um dos principais marcos da ditadura: o Ato Institucional nº 5.

Dessa forma, o AI-5 conferiu ao Executivo poderes quase que ilimitados e que não possuíam prazo para expirar, de modo oposto ao que ocorria com os atos anteriores (MOTTA, 2021). Além de uma série de poderes discricionários, como a capacidade da cassação de mandatos e direitos políticos, a censura da imprensa, o fechamento das casas parlamentares e a exclusão de pessoas do serviço público, o presidente tinha a competência para “confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos e decretar estado de sítio” (MOTTA, 2021, p. 117). O AI-5 “tratou-se de um marco na história da ditadura, uma radicalização autoritária que colocou em tensão máxima seu compromisso precário com as instituições liberais” (MOTTA, 2021, p. 117). Tal Ato “foi a senha para montagem, pelos militares, de uma máquina de guerra que não deixaria dúvidas sobre a natureza da ditadura em vigor” (D’ARAÚJO; JOFFILY, 2020, p. 45). Portanto, do ponto de vista da ditadura, “o início dos anos 1970 foi a fase mais violenta” gerando entre amplos setores sociais, medo e insegurança (MOTTA, 2021, p. 119).

Nesse contexto, dado o cenário político brasileiro, é importante trazer à tona, conforme publicação do jornal “*Ação Popular*”⁶⁷, que em Juazeiro-BA muitas pessoas se arriscaram na luta pela redemocratização e para reverter a situação tão repressiva e desumana que o país estava vivenciando. Os movimentos sociais, os sindicalistas, categorias filiadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram setores importantes que se colocaram como oposição e resistiram ao regime autoritário, eles fizeram parte das manifestações políticas que, progressivamente, tornavam-se frequentes, contra a ditadura.

Imagem 1: Luta pela redemocratização do país (Juazeiro-BA)

⁷ O Jornal Ação popular foi criado no dia 7 de setembro de 1997 na cidade de Juazeiro na Bahia, sob a organização do Senhor Manoel Cavalcante Filho. Inicialmente o jornal era em formato impresso, enquanto que atualmente é de forma virtual. Esse é um meio de comunicação que leva notícias para a população da cidade e da região circunvizinha, que gradativamente foi sendo expandido, destacando sua credibilidade e alcançando públicos diversos ao trazer notícias locais, regionais, nacionais e até internacionais.



Fonte: Jornal Ação Popular (2018)

Os registros que representam o movimento de luta na cidade de Juazeiro-BA, indicam que o combate aos efeitos do governo militar se expandiu para municípios vizinhos como mostra a imagem acima. A ação coletiva aconteceu no início da década de 1980, em uma comunidade no município de Uauá-BA, a uma distância de 127km de Juazeiro, foi organizada por diversas pessoas, dentre elas podemos mencionar o Sr. Paulo César que na época era militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), assim como também, foi o primeiro vereador eleito naquela cidade pelo partido. O grupo contava com a liderança do Bispo Dom José Rodrigues o qual reivindicava a Reforma Agrária, lutando contra a concentração fundiária. Junto a isso, o movimento estava empenhado em demandar pela disponibilidade de uma linha de crédito rural para que o trabalhador do campo pudesse gerar mais renda, e assim tornar as terras produtivas. Além disso, eles requeriam a eletrificação rural, isto é, a energia elétrica, inclusive, na própria imagem é possível ver um cartaz que cobrava esse direito.

Um fator que liga todas essas demandas e as pessoas de várias comunidades e lideranças sindicais foi a enchente do rio São Francisco ocorrida no final da década de 1970 e início dos anos 1980. O fenômeno provocou uma série de inundações na cidade de Juazeiro, sobretudo nos bairros Angari e São Geraldo, fazendo surgir outras problemáticas que urgiam ser resolvidas, como a fome e a falta de moradia. Nesse sentido, os grupos de militantes

entenderam que seria apenas por meio de uma luta que atravessava e impulsionava diversos setores da sociedade é que se tinha a possibilidade de alterar a estrutura do sistema de poder estatal que se abstinha de questões primárias.

Paralelo a isso, é oportuno destacar que em uma das entrevistas realizadas para essa pesquisa, perguntada sobre a metodologia aplicada nas salas de aula, a professora Eremi Maria de Souza Santos explica que ficava a critério de cada docente, entretanto, logo no início existia uma assistência da Diretoria Regional Educação do Estado da Bahia - DIREC 15 -, atualmente Núcleo Territorial de Educação (NTE-10), órgão responsável pelas escolas da rede estadual de Juazeiro-BA e municípios da mesma jurisdição. A professora explicou que essa assistência orientava o planejamento escolar através de algumas supervisoras por meio de reuniões, embora, no fim, ficava a critério dos professores a forma que executaria tais tarefas. O que nos chama a atenção é uma fala muito marcante da entrevistada que enuncia que como professora, “nunca fui de baixar a cabeça para ninguém”.

Provavelmente, analisada rapidamente não há nenhuma constatação importante na formulação supracitada, não obstante, devido à escassez de fontes documentais que inferiram diretamente na opinião pública de pessoas que estavam vivenciando a ditadura, a fala da professora nos leva a considerar que a luta para superar o autoritarismo dentro do ambiente escolar perpassava por atitudes como a da entrevistada. Baixar a cabeça para a ditadura representava inúmeras questões, mas a posição de se colocar em um lugar de combate e resistência seja para as pequenas ou grandes medidas desse sistema, significava coragem. A história da luta para o retorno da democracia, acima de tudo, perpassou pela coragem de muitas pessoas. Nesse sentido, é importante reconhecer e não minimizar cada atitude que desestimulava a ditadura.

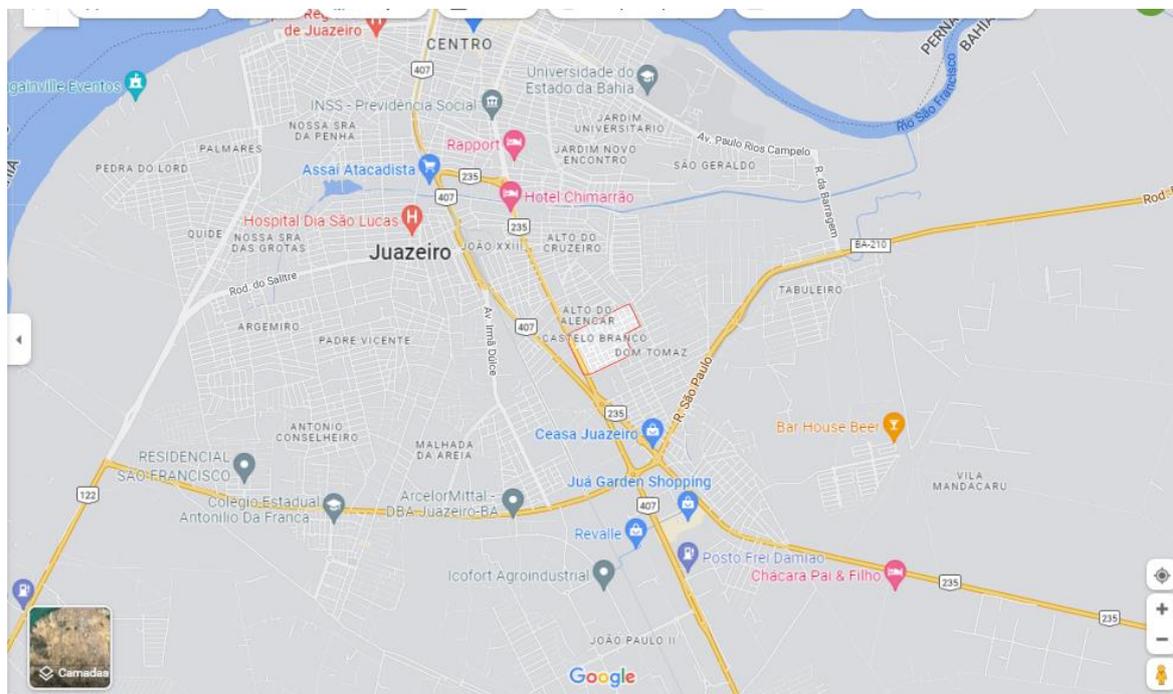
Como veremos adiante, o objeto principal desse trabalho, a educação, como Golpe de 1964 no Brasil, não ficou imune às várias reformas que ocorreram por meio de decretos, leis e atos institucionais. “Sob a égide do regime militar [...], desencadeou-se um processo de reorientação geral do ensino no país” (SAVIANI, 2014, p. 40). Em suma, iniciou-se uma busca pela consolidação de um projeto do governo que tinha como proposta a implantação de um modelo econômico industrial.

Nesse contexto, conforme as fontes pesquisadas a respeito do local da pesquisa, é importante mencionar a visita de Castelo Branco no ano de 1967 para a inauguração da rodovia Lomanto Júnior, Feira de Santana – Juazeiro. Por analogia, a cidade de Juazeiro, como aponta Francisco Vidal e Luna Herbert S. Klein (2014, p. 39) também fez parte da “transformação do Brasil em uma sociedade predominantemente urbana, [...] característica

fundamental da ditadura militar”. Foi a partir do crescimento vertiginoso das cidades, que começaram a surgir oportunidades para que a população rural fosse reduzida e os centros urbanos, expandidos.

Progressivamente o município de Juazeiro conhecia as mudanças instauradas pelo golpe de 1964, através do processo de crescimento da cidade. Exemplo disso é o bairro onde a instituição escolar Helena Celestino Magalhães localiza-se. Sendo entregue à população no dia 29 de agosto de 1969, o conjunto habitacional Humberto de Alencar Castelo Branco tratou-se de uma homenagem ao presidente falecido em 1967. Vale destacar conforme depoimento de um comunitário, que sendo um dos mais antigos e tradicionais bairros da cidade, sua organização de início seu deu pela construção de casas populares com 512 unidades e 8 Quadras (A, B, C, D, E, F, G, H) pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS).

Imagem 2: Bairro Castelo Branco no mapa de Juazeiro-BA.



Fonte: Google Maps (2022)

Nesse sentido, tendo na época o governador do estado, Antonio Carlos Magalhães⁸ e o secretário de educação e cultura Prof. Rômulo Galvão de Carvalho, o processo de implantação

⁸ Antônio Carlos Magalhães (ACM) nasceu em Salvador no dia 4 de setembro de 1927, filho de Francisco Peixoto de Magalhães Neto e de Helena Celestino de Magalhães. Atuou na política por mais de 40 anos, também foi empresário e médico. É possível ainda inferir a sua liderança em um grupo político de influência conservadora, sendo membro dos partidos políticos, a UDN (União Democrática Nacional), ARENA (Aliança

da escola ocorreu apenas em 1972, quando se inicia o recorte temporal da pesquisa. Como já citado, a instituição escolar permanece localizada no Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco, à Quadra B, S/nº, na cidade de Juazeiro-BA. Menciona-se um marco importante, a sua inauguração que ocorreu em 11 de abril de 1972, através da Portaria nº 1679, publicada no Diário Oficial da Bahia de 13 de abril de 1972, com a denominação de Grupo Escolar Primário Helena Celestino Magalhães. Dessa forma, foi inaugurado solenemente um prédio destinado ao ensino primário.

Nesse contexto, sem estabelecer qualquer hierarquia, a escrita desse trabalho projeta-se num campo minado por múltiplas relações. Isso significa que os registros coletados possuem em variados graus uma importância inestimável, sobretudo porque constroem relações entre si, ao mesmo tempo em que possuem a capacidade de reescrever um período da história do Brasil. Assim, não se pode deixar de abordar a representatividade que a placa de inauguração do Colégio Helena dispõe, especialmente porque é uma forma de contribuir para a construção de memória de um espaço. E acrescenta-se que essa é uma iniciativa que permite romper com a tendência de considerar que as placas têm como finalidade apenas celebrar o fim de uma obra em um espaço público ou privado. Longe disso, é por meio dos seus diversos agenciamentos discursivos e práticos que a placa de inauguração permite atualizar o passado, atribuindo significados e abrindo uma narrativa que é fundamental para que as próximas gerações tenham acesso e conhecimento.

Do ponto de vista prático, a placa em análise evidencia dados simples, mas que são primordiais na construção de uma compreensão sobre aquele tempo e a história da instituição. Assim, podemos concluir que a escola foi inaugurada na gestão do governo Antonio Carlos Magalhães e o gestor municipal era o prefeito Américo Tanury. O momento que se descreve trata-se de um evento marcante não só para os políticos, que se encontravam em uma posição central, contudo especialmente para a comunidade do Bairro Castelo Branco que estava presente. Segundo relato do morador do bairro, o Senhor Carlos Augusto Cursino, existe guardada a memória dos depoimentos do seu pai que na época participou da solenidade da placa, assim como outros moradores como: Luis Cursino, a Professora Maria Cândida, Douglas e outros. Importante lembrar que a construção da instituição era uma reivindicação

Renovadora Nacional), PDS (Partido Democrático Social), PFL (Partido da Frente Liberal), DEM (Democratas). ACM exerceu o cargo de governador por três mandatos, sendo que dois desses ocorreram por nomeação na época da Ditadura Civil militar. Além disso, foi eleito deputado estadual e deputado federal, cumprindo este durante três mandatos. Posteriormente, foi prefeito de Salvador e Senador pela Bahia nos períodos: 1995 a 2001; 2003 a 2007. Antônio Carlos Magalhães veio a falecer em 20 de julho de 2007, deixando uma trajetória na política muito complexa.

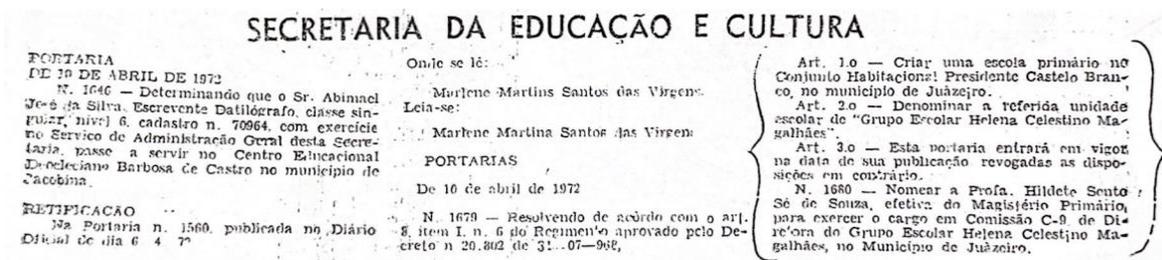
direta da população, por isso a placa manifesta uma simbologia ainda maior, pois é possível observar que aquele espaço foi uma conquista social.

Imagem 3: Placa de inauguração da escola.



Fonte: Colégio Helena Celestino Magalhães (2022).

Imagem 4: Portaria nº 1679/72 da fundação da escola.



Fonte: Diário Oficial da Bahia (11/04/1972).

Vale destacar que o nome da escola se deu homenagem à mãe do ex-governador da Bahia, isto é, Antonio Carlos Magalhães. Na época supracitada, a instituição de ensino contava com 8 (oito) classes de aula, com aproximadamente 35 a 40 cada alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno, totalizando 840 alunos. Trazer à tona esse registro material

enriquece a pesquisa à medida que traduz uma realidade paradoxal. Em outras palavras, o que se depreende é que, embora a entrega da escola tenha surgido de uma reivindicação e uma necessidade popular, a política pública vem enraizada de duas narrativas: a primeira é a concessão do direito, que apesar de ser uma obrigação pública, gera inevitavelmente um sentimento de “gratidão”, quando na realidade o que há é somente o cumprimento de uma função. A segunda narrativa entoa a problemática que, apesar de ser fruto de uma luta popular, a escola também é resultado do processo político social da Ditadura.

Isso nos leva a ponderar, que, o espaço que deveria ser construído para o desenvolvimento e a implantação de uma educação que estimulasse a participação dos alunos, que os fizesse questionar sua realidade e promover mudanças ativas, na verdade torna-se um espaço que, claramente é palco para a expansão da agenda militar. Em outras palavras, a função problematizadora ou libertadora que deveria ser atribuída à escola se distancia completamente dos objetivos da época, e em seu lugar fazem surgir uma nova programação que inclui, como componente curricular, Educação Moral e Cívica, por exemplo.

Nesse mesmo sentido, retomamos ao exposto anteriormente: se, naturalmente, a escola é um espaço que interfere na construção dos indivíduos, por lógica, os estudantes do período em que a Ditadura ocorria, por consequência, foram envolvidos não só pelos aspectos materiais característicos da época, como também, pela intercessão subjetiva que a Ditadura certamente promoveu. Do ponto de vista prático, é possível notar tal apontamento quando muitos estudantes, hoje em dia, conseguem admitir que, por exemplo, por terem estudado de uma forma extremamente tradicional, sentem demasiada dificuldade em se posicionar em espaços que exigem um debate mais aberto, entre outros. E isso, claramente apesar de ter sido uma estratégia militar do período histórico, na realidade, ainda depois de anos tem seus efeitos reverberados na sociedade.

Fazendo um paralelo com o processo histórico, em 1969, o então presidente Costa e Silva adoece e é afastado do cargo, assim, uma junta militar passa a ocupar o lugar da presidência, sendo que em 30 de outubro do mesmo ano, o Congresso Nacional tem a sua reabertura e elege como presidente o general Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974). O período do mandato do quarto general presidente coincidiu com os anos mais duros do regime autoritário (MOTTA, 2021).

Por isso, depreende-se que, no decorrer de 50 anos de existência, a instituição escolar foi patente e resultado de demasiadas transformações políticas, sociais, econômicas, históricas e culturais da sociedade brasileira. Sendo espaço formal e político, a escola torna-se lugar privilegiado para que se aproximem os saberes da comunidade daqueles que estão nos

currículos, de forma que sejam promovidas mudanças tangentes para uma conscientização acerca da historicidade e da memória do lugar-objeto.

Nesse quadro, é importante compreender, como indica Carlos Fico (2021, p. 135), que existem diversas formas de se contar a história da ditadura militar, e hoje todas são praticadas através da crescente historiografia sobre a época. Optamos por direcionar a análise desse período para o campo educacional, por isso, preliminarmente, torna-se relevante estudar o desenvolvimento geral da educação brasileira que sempre esteve atrelado à sequência de acontecimentos históricos que perpassavam a sociedade. A pesquisa histórico-acadêmica, para ser bem fundamentada, não deixando caminhos vagos e imprecisos, urge ser retomada a um período anterior e posterior, evidenciando para o leitor o contexto que o tema percorre. Dessa maneira, assim fizemos. Em primeira análise, abordamos a insurreição do golpe de 1964 até consolidação da Ditadura Militar, a partir daí, gostaríamos de priorizar a temporalidade educacional desde o período de início da República, isto é, 1889, sobretudo, a datar de 1890, quando se inicia a instauração de um novo sistema de ensino, ou seja, os grupos escolares.

Notemos que, a primeira referência com relação ao ensino no Brasil se vincula à chegada dos jesuítas, ocorrida em 1549. Esse período foi marcado por uma pedagogia estritamente religiosa, definida pela instrução com base nos princípios missionários de evangelização.

Por conseguinte, o segundo indicativo seria as “Aulas Régias”, ocorridas de 1759 a 1827, durante o período pombalino, através do Decreto de 28 de junho de 1759. Por intermédio da chegada do Marquês de Pombal houve a implantação de uma política estrategista a qual acabou refletindo nos reinos de Portugal, ou seja, no Brasil também. A expulsão dos jesuítas acabou substituindo o ensino jesuítico para, pela primeira vez, suceder a tentativa de um sistema de educação com responsabilidade do poder estatal, inspirado também por ideias do Iluminismo (CARDOSO, 2004).

Nessa ótica, a terceira referência, de 1827 a 1890, também é representada pelo esforço em consolidar um ensino público com responsabilidade do governo imperial e seus representantes nas províncias (SAVIANI, 2014). Por último, a partir de 1890, quando se inicia o estabelecimento dos grupos escolares, para Dermeval Saviani (2014, p. 21) “corresponde à etapa da escola pública propriamente dita”.

Menciona-se que, é no Brasil Imperial que se manifestam os primeiros preceitos indicando uma organização para o ensino público, e isso pode ser comprovado quando na Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824, o art. 179, XXXII, diz que “A Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos”. Isto posto, vê-se que, apesar das intenções em

sistematizar e abranger cada vez mais os cidadãos na esfera educacional, na prática, tal legislação não obteve tanta eficácia como se gostaria.

Com o passar do tempo e com a série de reformas que o período republicano trouxe, foi que se pôde observar transformações mais efetivas com relação à educação. Isso porque, na esperança de contribuir para o progresso dos estados e do país, surge a implantação dos grupos escolares tendo seu início no estado de São Paulo em 1893. A partir daí e com a expansão, mesmo que morosamente, para os demais estados, Souza é assertiva quando diz que:

Nesse processo, a construção de uma representação exaltadora das vantagens dos grupos escolares, considerando-os escolas modelares, ocorreu sobre uma representação negativa das escolas isoladas e escolas reunidas. As primeiras como representantes do passado e as segundas como uma modalidade transitória, ambas medíocres e fadadas ao desaparecimento. (SOUZA, 2014, p. 105)

Dessa forma, os grupos escolares representavam um novo modelo de organização da escola primária no período republicano.

Dito isso, destaca-se como se dava a organização do ensino primário, isto é: ministrado em quatro anos, envolvendo um conjunto de matérias que atendiam os princípios da educação integral: física, intelectual e moral. A autora Souza (2014, p.109) afirma que, “em meados do século XX, os grupos escolares se haviam tornado a modalidade de escola primária predominante no país, acompanhando o processo de urbanização e democratização do ensino público”. Todavia, quando se trata da zona rural e dos bairros populares, ainda havia uma continuidade de escolas isoladas, as quais funcionavam geralmente na residência do professor, com uma só sala e alunos de diferentes níveis.

No decorrer do tempo, a educação brasileira percorreu um processo histórico marcado por intensos debates entre os anos 50 e 60, por meio de movimentos sociais com propostas de muitos intelectuais na organização de um sistema mais democrático e popular de ensino, com ênfase na preparação dos cidadãos conscientes de seus direitos na sociedade. Assim, educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e outros, defendiam uma escola pública, gratuita e laica, em oposição ao projeto privatista do deputado liberal Carlos Lacerda. De modo oposto às diversas manifestações que ocorreram no país em favor destes ideais, posteriormente a LDB 4.024/61 foi aprovada consagrando os interesses privatistas e contrários ao que os educadores propuseram.

Com o Golpe de 1964 no Brasil, a educação não ficou imune às várias reformas que ocorreram por meio de decretos, leis e atos institucionais, que em suma, buscavam a

consolidação de um projeto do governo que tinha como proposta a implantação de um modelo econômico industrial. “Sob a égide do regime militar [...], desencadeou-se um processo de reorientação geral do ensino no país” (SAVIANI, 2014, p. 40).

Analisando as fontes orais desta pesquisa, vemos que, enquanto professoras e principalmente a diretora enxergavam o regime como um período onde houvera máximo respeito à classe, por outro lado, ex-alunas relatam o distanciamento que havia entre professor e aluno; e, mais que isso, os alunos eram colocados em uma posição de depósito de informações. As palavras da aluna não foram exatamente essas, mas é assim que as compreendemos, uma vez que a partir da literatura de Paulo Freire, conhecemos como a educação bancária funciona. Nesse sentido, a ditadura militar enfatizou ainda mais essa busca constante por ordem e disciplina em quaisquer que fossem os ambientes.

Para a concretização destes vetores, foram utilizados muitos instrumentos, sendo eles as mídias como a televisão, o rádio e, sobretudo, a escolarização tornou-se um ótimo objeto para o alcance dos objetivos dos militares. É de suma importância mencionar que, as adequações exigidas pelo governo militar não foram realizadas com a criação de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. Isso porque, a finalidade do Golpe era justamente garantir a continuidade da ordem socioeconômica a qual foi considerada ameaçada no mandato de João Goulart (SAVIANI, 2014). Assim, a adequação foi realizada pela Lei nº 5540/1968, através da reforma no ensino superior, criando cursos de licenciaturas curtas, formando professores reprodutores de conteúdos. Estas medidas, conseqüentemente, acabaram favorecendo o modelo econômico e político vigente, refletindo de forma negativa na vida dos estudantes da Educação Básica.

Havia a necessidade, advinda do próprio governo “de melhorar a qualidade da mão de obra e como forma de obter o apoio da classe média emergente”, desse modo “promoveram forte aumento na oferta de educação primária e secundária, e expandiram o ensino técnico e tecnológico de forma significativa”. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 38) Nesse sentido, a partir de entrevistas realizadas, percebeu-se que essas características também se refletirão no Colégio Helena. Ex-alunas, por exemplo, expõem que naquela época, de fato, o ensino apresentava muitas dificuldades. Inclusive, é relatado sobre muitas professoras que eram leigas, que não chegavam a fazer graduação, apenas a formação normal no magistério, entre outros.

Se por um lado o governo se preocupava demasiadamente em oferecer uma educação profissionalizante, existia a ausência de interesse em promover a qualidade no ensino efetivamente. É através da construção de uma boa base na educação primária que se prepara profissionais de qualidade. Não há lógica para expansão do ensino técnico, sem antes ocorrer

sérios investimentos na primeira educação, e por isso, essa foi mais uma das mudanças do regime militar que não conseguiu se consolidar a longo prazo. Acerca disso, autores como Francisco Vidal e Luna Herbert S. Klein (2014, p. 39) explicam que esse modelo de crescimento acabou amplificando também “as desigualdades de classe social e de cor, pois as pessoas com nível educacional mais elevado e os brancos tiveram inicialmente mais oportunidade de ascensão social que os negros e as pessoas com mais baixo nível educacional”.

Para além dessa realidade, as desigualdades regionais foram ainda mais exacerbadas. Eram gritantes as disparidades de desenvolvimento de algumas regiões comparadas com o Norte e Nordeste, seja nos níveis de riqueza, educação e saúde, o crescimento não ocorria da mesma forma. Assim, enquanto algumas regiões encontravam-se em um nível econômico mais avançado, atingindo padrões de vida próximos aos de países já industrializados, a regiões mais pobres mantinham-se em patamares que podiam ser comparados aos de países da África e da Ásia, que eram subdesenvolvidos. “Talvez em nenhuma outra época as disparidades regionais tenham se mostrado tão evidentes no Brasil”(LUNA; KLEIN, 2014, p. 39).

Por conseguinte, o Decreto-Lei nº 869/1969, incluiu no currículo escolar a Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória nos estabelecimentos de 1º e 2º graus (atual Ensino Fundamental e Médio), com o objetivo de moldar o comportamento dos educandos, preservando o patriotismo e o civismo no contexto da política do país. Além também da disciplina OSPB (Organização Social Política Brasileira), com o intuito de exaltar o nacionalismo e o civismo, privilegiando a política autoritária do país. Ambos os conteúdos trabalhados em sala de aula eram transmitidos em consonância com os livros didáticos e tais disciplinas somente foram abolidas em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Além dessa metodologia, é observado que em diversas entrevistas professoras e alunas esclarecem que um dos principais materiais didáticos tratava-se das provas mimeografadas ou copiadas nos cadernos, quando não fossem orais, os livros e o fardamento ficavam sob responsabilidade dos alunos comprarem; a cartilha e a tabuada eram regularmente utilizadas, além do próprio quadro e o giz. Nesse sentido, percebem-se, evidentemente, dois pontos importantes: o primeiro deles é a falta de recursos mais elaborados para serem aplicados no ambiente escolar; conseqüentemente, isso ressoa no segundo ponto que é a precariedade do ensino básico, que embora progressivamente tenha aumentado o nível de eficiência, não restam dúvidas que focar a máquina estatal para a vertente técnica e profissionalizante da educação resultou no “enfraquecimento”, ou pelo menos, no desequilíbrio do ensino básico.

Posteriormente, foi promulgada a reforma do ensino de 1º e 2º graus através da Lei nº 5.592/71, onde o antigo primário e ginásio passaram a ser chamados de 1º grau e o colegial de 2º grau. Assim, foi implantado por meio da Lei supracitada, a educação profissionalizante, em que a formação do aluno era vinculada à preparação para o trabalho, dando ênfase na formação técnica. De acordo com as reformas educacionais, foi criado também o componente curricular Estudos Sociais, suprimindo as disciplinas de História e Geografia no currículo escolar.

Desde o século XIX e até o fim do Regime Militar é evidente que “o espírito cívico-patriótico deveria perpassar todas as disciplinas e estar presente em todas as atividades escolares” (SOUZA, 2014, p. 121). Com efeito,

A situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura militar logo se tornou alvo da crítica dos educadores, que crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos, processo esse que se iniciou em meados da década de 1970 e se intensificou ao longo dos anos de 1980 (SAVIANI, 2014, p. 43).

É nesse contexto que cresceram fortemente as preocupações em busca de uma escola pública de qualidade, que fosse aberta para todos, e também que seguisse os aspectos econômico-corporativos atribuídos à educação. A proposta era de mudar inteiramente a estrutura educacional, não obstante seria imprescindível que houvesse, concomitantemente, as mudanças legislativas. De modo lento, esse novo quadro só foi possível com o fim da ditadura e a instauração da chamada Nova República, sobretudo, quando a Constituição de 1988 foi promulgada, garantindo uma série de direitos, tais como o ensino público gratuito em todos os níveis, a obrigatoriedade de acesso à educação como um direito público subjetivo, a autonomia das universidades, entre outros. Em decorrência disso, é elaborada uma nova LDB (Lei nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, e a legislação referente à educação é toda unificada contando apenas com uma lei infraconstitucional (SAVIANI, 2014).

Analisando especialmente o Colégio Helena Celestino Magalhães inserido na conjuntura educacional de Juazeiro, a partir da análise documental procurou-se tomar como referência João Fernandes da Cunha, Walter de Castro Dourado, Edson Ribeiro e José Roberto Gomes Rodrigues, que são historiadores dessa região. É importante citar que, desde a época do império “quando da institucionalização e descentralização da instrução pública primária no Brasil, Juazeiro, que é apenas um povoado, foi contemplada com uma cadeira de primeiras letras, conforme decreto provincial de 16 de junho de 1832” (RODRIGUES, 2009, p. 159)

Imagem 5: Colégio Helena Celestino Magalhães



Fonte: Colégio Helena (2012).

Desse modo, seguindo uma cronologia de marcos importantes, podemos citar o Clube Comercial de Juazeiro, que foi fundado em 21 de maio de 1893, já no início da República, e “abre uma escola de alfabetização de Adultos, oferecendo, concomitantemente, cursos diversos, [...] que visava preparar jovens trabalhadores para o comércio local” (RODRIGUES, 2009, p. 160). Para Cunha (1950) isso foi um dos pontos centrais que representam a sociabilidade intelectual do povo juazeirense. No clube, ainda funcionavam escolas noturnas e diurnas, que eram destinadas para aqueles mais pobres e de quaisquer sexo, uma vez que a matrícula e frequência eram gratuitas.

Como pode ser observado, o Clube Comercial parece ter favorecido toda atmosfera social para o ajuntamento e a formação de intelectuais da cidade e proporcionado, com o seu significativo acervo bibliográfico, bem como por meio das iniciativas dos seus sócios mais esclarecidos, as condições favoráveis de desenvolvimento de uma produção cultural também significativa para os padrões da cidade e da região por longo período a partir da primeira metade do século XX, produzindo uma rica tradição sócio-cultural voltada para o cultivo de valores relativos às letras, às artes, à ciência e aos conhecimentos literários e educacionais, que permaneceram enraizados na cultura da sociedade local (RODRIGUES, 2009, p. 161).

Com o passar do tempo percebe-se, que, ainda no início do século XX, a educação é ínfima e os grupos escolares, inclusive fazendo parte o Helena, correspondem a uma referência da moderna educação e o que predominava na cidade eram ainda as escolas isoladas. Boa parte do que chamamos hoje de “colégio”, para a época eles se concentravam nas esferas privadas. “Até o início da década de setenta, a cidade contou apenas com um

grupo escolar” (RODRIGUES, 2009, p. 174). E conforme Cunha (1950) explicita, já em 1928, o ensino primário estava a cargo do Estado; logo, cabia ao governador manter tais escolas.

Foi somente em abril de 1972, sendo o governador do estado Antonio Carlos Magalhães e o então secretário de educação e cultura Prof. Romulo Galvão de Carvalho, através da Portaria nº 1679 do Diário Oficial de 11 de abril de 1972 que se obteve a criação da Instituição de Ensino Fundamental I, IV. Foi inaugurado solenemente um prédio, na quadra B, s/nº, no bairro Castelo Branco, destinado ao ensino primário, em outras palavras, o Grupo Escolar Primário Helena Celestino Magalhães.

Através de relatos das professoras deste período e dos materiais consultados, constatou-se que além da estrutura básica de uma escola, como sala de professores, secretaria, cozinha, a instituição contava também com um consultório odontológico e duas enfermeiras.

Inclusive, empolgada relatando sobre sua experiência como primeira diretora da instituição escolar, a entrevistada Hildene Sento Sé, lembra que logo após a sua inauguração, o colégio tinha uma estrutura muito boa, pois era constituída de um prédio com salas de aulas com bastante espaço, com armário para o professor, birô, quadro de giz e carteiras individuais para os alunos. Além de sanitários para ambos os sexos, um consultório odontológico, que funcionava em uma sala com equipamentos, cadeira específica, e com a presença de dentista e duas enfermeiras, os quais eram responsáveis pelo atendimento aos alunos. O grupo escolar também contava com uma sala de direção com banheiro privativo, um pátio enorme, um depósito para a merenda escolar, uma cozinha grande com fogão industrial (6 bocas) e uma vaca mecânica, que era um aparelho artificial, responsável por nunca faltar o leite na escola.

A merenda escolar, como a principal - quando não a única - refeição para incontáveis alunos, teve o início da sua distribuição no ano de 1950, através do Programa de Merenda Escolar (PME). Desde então, ela é a responsável por proporcionar uma refeição que cubra diariamente, ao menos, uma parte das necessidades nutricionais dos alunos da rede pública (MENEZES, 2001). A partir da análise das fontes orais da pesquisa, quando perguntadas sobre a merenda escolar, tanto ex-alunos quanto professores respondem sobre a sua qualidade e a sua constância, afirmando que “todos os dias tinha merenda”.

Vale ressaltar que, os anos 1969 e 1974 foram marcados pelos seus grandes contrastes, enquanto se “comemorava” o “milagre econômico” também se lamentavam os chamados “anos de chumbo”. A partir disso, levando em consideração o recorte temporal do trabalho, 1972 – 1985, ao analisar o quadro da merenda escolar, é importante compreender que o governo militar promoveu muitas mudanças no ensino; felizmente, a distribuição contínua da

merenda escolar estava em um dos propósitos. No restante dos anos pesquisados, podemos dizer que “desde o período de Redemocratização, na década de 1980, os debates em torno das políticas de distribuição de renda, justiça social e cidadania entraram novamente na ordem do dia” (AMORIM, 2016, p. 19). Inclusive, a partir desse tempo, começaram a ser criados programas sociais que visavam o combate à fome, por isso a refeição das escolas também passa a ganhar um espaço maior de atenção do poder público. Embora seja imprescindível não abordar, esse é um problema que até hoje enfrenta muitos impasses para a sua efetivação plena.

Tendo em vista as informações fulcrais, cabe por fim ressaltar, que, registrar a história da instituição em questão e relacionar veemente com os acontecimentos históricos da ditadura militar, perpassa por um vasto caminho de pesquisas, escutas de relatos, verificação de fatos e um espaço muito extenso para discorrer sobre todos esses aspectos. Por isso, o texto em foco limitou-se a explorar o que se pode sobre ambos os elementos de maneira que o leitor possa se inteirar a respeito de quais os reflexos do período ditatorial no setor educacional, sabendo inclusive das suas nuances e minúcias que tantas vezes são silenciadas e ocultadas.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O presente trabalho tem como Produto Educacional (PE), um *E-book* Didático, intitulado: “Histórias e Memórias da Escola Helena Celestino Magalhães em Juazeiro-BA (1972-1985)” tendo como objetivo colaborar com a valorização do Patrimônio Escolar da comunidade, uma vez que consideramos a escola como um espaço de construção de histórias e produção de memórias.

A partir disso, foi elaborado com base em pesquisas de acervo documental, como também entrevistas semiestruturadas com dez sujeitos participantes, sendo: grupo de professoras, de alunas, da comunidade e dos pais envolvendo a história oral sobre o que sabem acerca do funcionamento da Instituição Escolar, a infraestrutura, os materiais didáticos, a metodologia utilizada em sala de aula. Após a coleta de dados, foi importante sistematizá-los relacionando as experiências vivenciadas das entrevistas com os arquivos documentais e imagens. De tais exposições, visa-se compreender os registros para uma reconstrução do passado.

Por fim, temos que, o *E-book* será divulgado no formato impresso e na Plataforma “Educa Juá” da Secretaria de Educação do Município de Juazeiro-BA em formato PDF, para o público-alvo, os professores da Educação Básica, Gestores, Coordenadores e alunos. O

desígnio se traça em alcançar um grupo maior no setor educacional, dando uma melhor visibilidade ao acesso do trabalho desenvolvido.

3.1. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto apresentado é um *E-book*, em formato virtual, o qual apresenta a história do Colégio Estadual Helena Municipal Helena Celestino Magalhães no contexto da Ditadura Civil-Militar, na realização da pesquisa estão inseridas as práticas pedagógicas e os recursos no período de 1972 a 1985, contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil. A concepção do produto final deste estudo consiste em apresentar as memórias do ensino no contexto do regime autoritário, de forma a oportunizar aos jovens conhecimentos e reflexões históricas e sobre a educação, uma vez que os livros didáticos não apresentam essas memórias de forma mais detalhada, além de ser objetivo que a pesquisa seja instrumento para, cada vez mais, fortalecer a democracia e ser utilizada para o combate às narrativas falseadas ou distorcidas sobre o referido período histórico.

4. O PRODUTO NA PRÁTICA ESCOLAR

O *E-book* didático será disponibilizado em formato digital na Plataforma “Educa Juá” da Secretaria Municipal de Educação do município de Juazeiro-BA, assim como também impresso, disponibilizado nos locais públicos: NTE 10, Colégio Municipal Helena Celestino Magalhães e Biblioteca Municipal da cidade. Assim, busca-se, progressivamente ampliar o acesso aos professores da Educação Básica a esse material e possibilitar a concretização dos objetivos da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto, celebra-se a materialização de grandes objetivos. Pesquisar sobre a Ditadura Civil-Militar, sobretudo a sua conjuntura na educação, nos retoma um espírito de gratidão. Esta pesquisa, procurou, no decorrer de todo o seu texto esclarecer as principais nuances do ensino após o Golpe de 1964, especialmente no recorte temporal que se inicia em 1972 e se finda em 1985. Abordar e deixar registrado todos os conteúdos apresentados, para o público a que este texto se destina, significa a possibilidade de repassar para gerações o conhecimento e a prática de um tempo tão complexo.

Por isso, cabe, cada vez mais, explanar em todos os instrumentos o que de fato aconteceu desta época, inclusive em âmbitos que não são tão comuns, como o da educação, por exemplo.

Foi com base em tudo o que foi registrado, que este estudo se propôs a elucidar e coadunar assuntos importantíssimos, os quais estão longe de serem limitados, pelo contrário, esta pesquisa busca abrir muitos espaços para que sejam discutidos, abordados, analisados diversos aspectos que perpassem, circundem o ensino durante a Ditadura Militar, para que se instale no maior público possível a consciência e a reflexão sobre os fatos e a busca para não repeti-los.

6. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Arquivo: Colégio Municipal Helena Celestino Magalhães.

Arquivo: Biblioteca Municipal de Juazeiro-BA

Arquivo: Museu Regional do São Francisco

Fontes Orais- entrevistas (10 participantes)

Jornal: Ação Popular

Diário Oficial da Bahia.

Planta do bairro Castelo Branco: Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, P. TORELLY, M. D. CRUZ, R. C. Memória como reparação: contribuições da história oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura no Brasil. In: MONTENEGRO, A. T.; RODEGHERO, C. S.; ARAÚJO, M. P. (org.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**-3.ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

ALMEIDA, D. B. GRIMALDI, L. C. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 48, p. 140-170, abr./jun. 2018.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M.; coordenadoras. **Usos & abusos da história oral**- 8. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

AMORIM, H. R. **Um pequeno pedaço do incomensurável: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro** 2016

BRASIL. **Lei nº 5.692/71**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 11 ago 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 28 março 2022.

CUNHA, J. F. **Município de Juazeiro (Bahia)**. Memória. Salvador, BA: Tipografia Beneditina Ltda. IGHB, 1950. (Separata dos anais do primeiro congresso de História da Bahia).

D'ARAÚJO, M. C. JOFFILY, M. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)**, coleção o Brasil republicano, 10 ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. 6 ed. São Paulo Atlas, 2008.

JELIN, Elizabeth. “**Memorias en conflicto**”, Revista Puentes, Buenos Aires, N. 1, agosto, 2000.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete merenda escolar. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira –EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/merenda-escolar/>. Acesso em 04 jul 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.

MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.: ARAÚJO, Maria Paula (org.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2012.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**-1ªed.-Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PASSERINI, L. A "lacuna" do presente. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes, coordenadoras. **Usos & abusos da história oral**- 8. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, L. C. D. EARP, F. S. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.) **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**. Quarta República (1964-1985), coleção o Brasil republicano, 10. ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

REIS, D. A. **Modernização, ditadura e democracia no Brasil, 1960 – 2010**. Coleção História do Brasil Nação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIDENTI, M. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGHERO, C. S. MONTENEGRO, A. T. ARAÚJO, M. P. (org.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2012.

RODRIGUES, J. R. G. **Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar: o Ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro, BA, (1953-1963)**. 2009. 334p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2009.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M., coordenadoras. **Usos & abusos da história oral**- 8. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

SOUZA, R. F. de. **Preservação do Patrimônio Escolar no Brasil: notas para um debate**. Revista Linhas, Florianópolis, v.14, n. 26, jan/jun.2013.p.199-221.

THOMPSON, P. Memória, Rede e mudança social: desafios e perspectivas. In: PEREIRA, J. V.; WORCMAN, K. **História Falada: Memória, Rede e Mudança Social**. São Paulo: Museu da Pessoa, SESC SP 2005.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v.9, n.1, p.25-41, Jan/Jun, 2009.

VIDAL, F; KLEIN, L. H. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

WEBER, M. **Economia e sociedade**, v.2. Brasília, Editora da UnB, 1999 [19

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

CATEGORIA: EX-PROFESSORAS

- 1- Nome do entrevistado/função que ocupava na época na escola.
- 2- Como era a época em que a senhora trabalhou no Helena Celestino?
- 3- Qual o período em que a senhora trabalhou no Helena Celestino?
- 4- Os alunos eram do bairro Castelo Branco?
- 5- Quais os materiais utilizados em sala de aula?
- 6- Como eram realizadas as avaliações de aprendizagem?
- 7- Como era a relação de professor e aluno?
- 8- Como eram realizadas as festas da escola?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

CATEGORIA: EX-ALUNAS

- 1- Nome do entrevistado.
- 2- Período em que estudou no Helena Celestino.
- 3- Como era a metodologia das professoras em sala de aula.
- 4- Os recursos pedagógicos utilizados no cotidiano.
- 5- O que você se lembra que estudava no componente curricular “Estudos Sociais”?
- 6- Como eram as festividades que a escola vivenciava?
- 7- Como era a relação de professor e aluno?
- 8- Qual a sua percepção do ensino daquela época para os dias de hoje?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

CATEGORIA: MORADOR DO BAIRRO CASTELO BRANCO

- 1- Nome do entrevistado.

- 2- Como aconteceu a construção do Bairro Castelo Branco. Houve alguma mobilização da população? Ou o interesse partiu de lideranças políticas?
- 3- As pessoas que compraram as casas do bairro eram de Juazeiro ou vieram de outras cidades?
- 4- Como era esse espaço antes da construção do bairro?
- 5- Sobre a construção da escola Helena Celestino, foi reivindicação da população ou interesse político?
- 6- Como aconteceu o desenvolvimento do Bairro?
- 7- O bairro faz muitas comemorações/festas? Existe algum registro como fotografias?
- 8- Qual a realidade do Bairro hoje? E a população?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

CATEGORIA: FUNCIONÁRIO DA ESCOLA

- 1- Nome do entrevistado.
- 2- Qual o período/ano que a Senhora trabalhou no Helena Celestino ?
- 3- Qual era a sua função?
- 4- Como era a estrutura da escola: salas/ cozinha...
- 5- Quantos funcionários a Escola contava?
- 6- E a merenda? O que serviam?
- 7- Como era o comportamento dos alunos/respeito em relação aos funcionários?
- 8- Naquela época qual era a importância dessa escola para a comunidade do bairro?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**CATEGORIA: PAIS DA ESCOLA**

01- Nome do entrevistado.

02- Quanto tempo a senhora mora no Bairro Castelo Branco?

03- A Senhora lembra como era o Bairro no início dos anos 70? Dos anos 80?

04- O que existia no bairro em relação a infra estrutura ?

05- Como era a relação da escola com a comunidade escolar?

06- Quais as mudanças que a senhora percebe no bairro?

07- O que a senhora acha do ensino da época que seus filhos estudavam no Helena Celestino?

08- Como era o acompanhamento relacionado aos pais e a escola? Existia reunião com os pais? Os pais participavam dos momentos festivos da escola?

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1- Edilene Ribeiro Costa Torres, estudou no Helena Celestino no período de 1972 a 1975, moradora do Bairro Castelo Branco, no seu percurso profissional, trabalhou como docente no Helena, é professora de Geografia da Rede Estadual da Bahia.

2- Carlos Augusto Lopes Cursino, morador e líder comunitário, já foi presidente do bairro Castelo Branco, ex- aluno da escola Helena desde o ensino primário até o Ensino Médio, tendo uma ligação muito forte com a população do bairro, onde transmite a história para a futura geração.

3- Eunice Cerqueira Farias, professora aposentada, trabalhou no Colégio Helena Celestino Magalhães, no período de 1977 a 1994. Atualmente é Secretária Escolar do Colégio Lomanto Júnior em Juazeiro-BA.

4- Hildene Sento Sé, ex-professora, sendo nomeada como a Primeira diretora do Grupo Escolar Primário Helena Celestino no período de 10 de abril de 1972 a 19 de dezembro de 1974, guarda uma memória afetiva do início da história da escola Helena Celestino.

5- Maria Telma D. de Oliveira, Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual da Bahia, estudou o ensino primário no Helena, como também exerceu a função de Coordenadora Pedagógica por bastante tempo, hoje trabalha no Colégio Lomanto Júnior.

6- Iranildes Lopes Conceição estudou no Helena o Ensino Fundamental (o antigo primário) na década de 80, como também trabalhou no setor administrativo na escola.

7- Eremi Maria de Souza Santos, ex- professora do Helena e aposentada, trabalhou por 15 anos no período de 1980 a 1995, começando com o Ensino Fundamental I (antigo primário), depois o ginásio (o Ensino Fundamental II),

8- Luzenaide Gonçalves da Cunha, estudou até a quarta série, (1976 a 1981), Os momentos na escola foram muitos bons, fez amizades, dessa fase do ciclo do primário. Trabalhou também como professora no Helena Celestino. Atualmente é vice-gestora no colégio Modelo em Juazeiro-BA.

9- Ruth Paiva Lima, moradora do Bairro Castelo Branco desde a sua inauguração, há mais de 50 anos, seus filhos estudaram o ensino primário no Helena Celestino Magalhães.

10- Zinete Gonçalves da Cunha, trabalhou no período de 1973 a 1976, exercendo a função de Sensora, auxiliando os professores e alunos com materiais pedagógicos no dia a dia.